

Um balão de ensaio para beneficiar Lula

Toffoli solta Picciani

e cede liminar para

ficha-suja concorrer



HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.619 30 de Março a 3 de Abril de 2018

★ ★ ★ ★ ★



Ministro desinibido solta ladrões e anula punição do senador de Cachoeira

No mesmo dia, o ministro Dias Toffoli soltou Picciani, Maluf e anulou a inelegibilidade do ex-senador Demóstenes Torres, cassado pelo Senado por sua advocacia administrativa em prol do contraventor Carlos Cachoeira, em troca de alentada propina. Até a geladeira e o fogão da casa de Demóstenes foram comprados por Cachoeira. Sua inelegibilidade – proibido de concorrer a qualquer cargo até 2027 – era uma consequência de sua cassação. Dias Toffoli não anulou a cassação. Mas rasgou a lei para que Demóstenes possa concorrer nas próximas eleições. **Página 3**

Leilão de petróleo do governo daria pré-sal de brinde, denuncia o filho de João Goulart

A ANP realiza nesta quinta-feira (28) o 15º leilão de petróleo no pós-sal, mas junto pretendia entregar valiosas áreas do pré-sal, que foram retiradas na véspera do leilão através de medida cautelar. “Isso é um crime contra os interesses nacionais”, denunciou o ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente da República pelo PPL. **Página 2**

Nem tiro, nem impunidade

Bala que atingiu ônibus de caravana só ajuda discurso petista de vitimização



Polícia investiga os três tiros que atingiram dois ônibus

Alguns desequilibrados parecem que estão querendo impedir - com as próprias mãos - a impunidade dos ladrões do colarinho branco. Achem que é jogando pedras e dando tiros nos outros que vão resolver esse tipo de problema. Não é bem assim que as coisas se desenrolam. O buraco, em casos como estes, é muito mais embaixo do que pensam esses indivíduos. Se os tiros que atingiram os ônibus da caravana de Lula saíram realmente das armas dessa gente, o que eles fizeram foi dar uma tremenda força para a marketingagem vitimista e persecutória de seus adversários. A polícia está investigando e fazendo varreduras no local apontado pelos petistas. **Pág. 3**



Dodge reitera a Supremo que Aécio obstruiu e corrompeu

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou ao Supremo que receba denúncia contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), sua irmã, Andrea Neves, e outras duas pessoas. **Página 3**

MP pede a Cabral e máfia dos ônibus a devolução ao RJ de R\$ 72 milhões

Ação do Ministério Público contra o ex-governador Cabral (PMDB) exige a devolução de R\$ 72 milhões. Cinco empresários da máfia dos ônibus e a Fetranspor também foram incluídos na ação. **Página 4**

Cobap quer fim da isenção de Previdência para o agronegócio

A Confederação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) cobrou “o fim dos privilégios a todos os segmentos econômicos que não pagam a Previdência Social”. **Página 4**

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Associação de juizes repudia as ameaças contra Edson Fachin

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou nota em repúdio às ameaças sofridas pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF. Para a entidade, as ameaças “visam à intimidação do magistrado, em razão de estar conduzindo os processos relativos à operação Lava Jato”. “O Brasil não aceita mais conviver com a corrupção que tanto afeta a vida da população”, diz a Ajufe. **P.3**



Servidores de SP derrubam da pauta a redução salarial

A grande pressão dos servidores de São Paulo derrotou o projeto de “reforma” da Previdência municipal (Projeto de Lei nº 621/2016), proposto pelo prefeito João Doria. Nesta terça-feira, com uma multidão tomando as ruas, o presidente da Câmara dos Vereadores, Milton Leite (DEM), anunciou que o texto será retirado da pauta por 120 dias. O projeto elevaria a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, podendo chegar a 19% devido a uma alíquota extra, variável de 1% a 5%, para quem recebe acima do teto do INSS (R\$ 5.645). O projeto também criava a previdência complementar privada, o Sampaprev. **Página 5**

Rússia cobra provas de que veneno não é inglês

Inclusão de dois blocos no pré-sal na 15ª rodada da ANP é barrada



Divulgação Cautelar retirou do leilão no pós-sal duas de valiosas áreas do pré-sal que correspondiam a 74% dos recursos que o governo pretendia arrecadar com a entrega do petróleo às múltiplas

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará, nesta quinta-feira (29/03), a 15ª Rodada de Licitações, sob regime de concessão, com 68 blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural em sete bacias sedimentares. Inicialmente estava prevista a oferta e 70 blocos, sendo 17 com possibilidade de conter petróleo no pré-sal, nas bacias de Campos e Santos. O escândalo é tão gritante que o Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu se manifestar e, através de uma medida cautelar, retirou dois blocos (S-M-534 e S-M-645) do leilão, que ficam na Bacia de Santos, e determinou que seja aplicado o regime de partilha de produção.

A própria ANP reconhece a possibilidade de haver reservas na camada pré-sal nesses blocos. Para o ministro do TCU Aroldo Cedraz, a União teria prejuízos de pelo menos R\$ 2,37 bilhões fossem entregues em regime de concessão, segundo o qual quem produz tem a propriedade do petróleo, ao longo de 35 anos. Os dois blocos representam 74% do bônus de assinatura (R\$ 4,8 bilhões) que o governo estimava receber. Os blocos do pré-sal devem ser leiloados sob o regime de partilha de produção, em que não há pagamento de bônus de assinatura e sim o repasse de parte da produção do petróleo à União.

Na 14ª rodada de licitações da ANP, realizada em setembro do ano passado, havia dois blocos da Bacia de Campos com o mesmo potencial de reservas de petróleo no pré-sal, sendo arrematados pela Petrobrás, em associação com norte-americana ExxonMobil, tendo pago R\$ 3,6 bilhões de bônus de assinatura. O argumento do governo para aplicar o regime de concessão na 15ª rodada é que as empresas estrangeiras preferem esse modelo, sem analisar o impacto nas receitas futuras do governo. No regime de concessão as empresas vencedoras pagam um bônus ao governo no momento da assinatura do contrato, além de royalties ao longo do período de exploração.

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, admitiu cinicamente a possibilidade de que algumas das áreas ofertadas na 15ª rodada possam ser do pré-sal. “Se imagina, geologicamente, que alguns campos sejam pré-sal, legalmente não são. Mas é uma fronteira e de fato são campos que podem ter um interesse importante. Acho que nós temos que aguardar o leilão, mas nós, volto a afirmar, vamos estar olhando para esses campos de maneira seletiva. Mas [por essa possibilidade se ser pré-sal] isso tem que ser visto em conjunto, porque esses campos são contínuos à áreas do pré-sal. Então, a nossa avaliação, sempre, dentro da gestão de portfólio, é a de que tem que se olhar os dois leilões em conjunto”.

De acordo com Parente, em campos que exigirem mais investimentos, a política da Petrobrás é de fazer “parcerias” com as multinacionais, como já feito na 14ª rodada. “Já deixamos claros que nesses campos mais custosos, o modelo ideal é o de parceria, mas se vamos entrar como operador ou não isso vai depender das conversas com os parceiros”, disse.

O Ministério de Minas e Energia informou que tomou conhecimento da cautelar e que continuará insistindo no leilão dos dois blocos: “O MME informa que está analisando a decisão tomada, a qual respeita, e que no período mais curto possível vai submeter ao Conselho Nacional de Política Energética [CNPE] uma nova proposta para leiloar essas áreas ainda em 2018”.

Na 15ª rodada, serão ofertados 47 blocos no pós-sal, nas bacias sedimentares marítimas do Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos e 21 blocos terrestres localizados nas bacias do Paraná e do Parnaíba. Segundo a ANP, “Os blocos oferecidos foram selecionados em bacias de elevado potencial e de novas fronteiras exploratórias”.

Para essa rodada, foram inscritas 21 empresas, entre as quais as norte-americanas Chevron e ExxonMobil, a anglo-holandesa Shell, a francesa Total, a as britânicas Premier Oil e BP, a hispano-americana Repsol, a malaia Petronas, a catari QPI, além da Petrobrás. No vale tudo para entregar as reservas de petróleo para as multinacionais, o governo pretende dividir em várias parcelas anuais o bônus de assinatura do “megaleilão” do excedente de petróleo da cessão onerosa em seis blocos do pré-sal – entre 6 e 15 bilhões de barris de óleo –, com cifras estimadas de até US\$ 40 bilhões, cerca de R\$ 130 bilhões pelo câmbio atual.

VALDO ALBUQUERQUE

Vendas da indústria de máquinas recuaram 22,6% em fevereiro

O setor de máquinas e equipamentos obteve no mês de fevereiro vendas no mercado interno de R\$ 2,32 bilhões, que representa uma queda de 22,6% em relação às vendas de fevereiro de 2017. Somando-se a este faturamento, os valores das máquinas e equipamentos importados, cujo resultado indica o quanto as demais indústrias investiram em seus parques produtivos, o recuo ficou em -3,9% em relação a fevereiro do ano passado, assim com em relação a janeiro de 2018. As importações, nesse caso, aumentaram em 12,5%, num total de R\$ 1,02 bilhão na comparação interanual. Os dados estão no balanço feito pela Abimaq, entidade que representa o setor, divulgados nesta quarta-feira (28). O faturamento total no mês de fevereiro, por conta das exportações, foi de R\$ 5,07 bilhões e representou um aumento de 2,2% nas vendas totais. O total do faturamento no primeiro bimestre foi de R\$ 9,51 bilhões com pequeno aumento de 1,1%.

A participação decrescente da produção para o mercado interno, que mesmo somando as importações resultaram na queda dos investimentos em máquinas e equipamentos, desautoriza as projeções otimistas do governo para o futuro próximo. Nesse mesmo sentido, o consumo de bens de capital mecânicos manteve-se em trajetória de queda nos dois primeiros meses de 2018, quando chegou a R\$ 12,47 bilhões, um recuo de 8,4%.

A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 293,5 mil pessoas. A ocupação no setor avançou desprezíveis 0,8% na passagem de janeiro para fevereiro e capacidade instalada nas fábricas de máquinas chegou a 74% no mês passado, acima dos 71,8% de janeiro.



Geraldo Magela/ Agência Senado

Filho de Jango é pre-candidato à Presidência da República pelo PPL João Vicente: “15º leilão é um crime contra os interesses nacionais”

O governo marcou para quinta-feira (28) o 15º leilão de petróleo onde pretendia entregar 70 blocos de petróleo, inclusive áreas do Pré-Sal, na Bacia de Campos e de Santos. Para ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), “Isso é um crime contra os interesses nacionais”.

Segundo Goulart, “um país que tem uma empresa como a Petrobrás não deveria leiloar suas reservas da maneira irresponsável como o governo está fazendo”.

“O ímpeto entreguista do governo Temer é tamanho que eles atropelaram até mesmo o Tribunal de Contas da União (TCU) e incluíram áreas do Pré-Sal num leilão em regime de concessão, modelo previsto apenas para áreas que estejam fora do Pré-Sal. O Planalto não faz nenhuma cerimônia em provocar um prejuízo bilionário ao país, desde que agrade as empresas estrangeiras”, acrescentou o pré-candidato do PPL. O TCU teve que entrar com uma medida cautelar excluindo do leilão os blocos localizados na chamada franja do Pré-Sal, que Temer queria entregar em concessão. Segundo o tribunal, as perdas podem chegar a R\$ 2,3 bilhões. Os blocos retirados são o S-M-534 e S-M-645, que ficam na Bacia de Santos. Os dois juntos representam 74% do que o governo pretendia arrecadar com o leilão.

Do total de blocos que irão ao leilão, 17 estão localizados nas bacias de Campos e Santos, bem próximos à área do pré-sal. A própria ANP não esconde que essas áreas podem estar na camada pré-sal. João Goulart afirmou que o governo não pode desrespeitar a lei dessa maneira. “O ideal é que o governo entregasse a exploração do Pré-Sal para a Petrobrás. O país ganharia muito com isso. A nossa estatal tem plenas condições de fazer a extração do petróleo. Aliás, é a empresa pioneira na tecnologia de exploração em águas profundas”, disse ele. “Não tem o menor cabimento entregar o petróleo do Pré-sal para multinacionais”, advertiu João Goulart.

Para o pré-candidato do PPL, o argumento do governo para fazer esse leilão nessas condições “é um atestado de que ele não representa minimamente os interesses do Brasil”. “Entregar blocos do Pré-Sal, e ainda por cima fazê-lo pelo regime de concessão, só porque as empresas internacionais preferem que seja assim, como diz o governo, é um crime de lesa-pátria, uma traição nacional imperdoável”, observou João Goulart. “No afã de obter uns trocados, o governo não avaliou o impacto dessa decisão nas receitas futuras do país”, denunciou.

Dezessete empresas se inscreveram para disputar os blocos de mar e outras quatro para os blocos de terra. Entre elas estão multinacionais do setor de petróleo e gás, como as norte-americanas Chevron e ExxonMobil, a anglo-holandesa Shell, a francesa Total, a russa Rosneft, a hispano-americana Repsol, a malaia Petronas, a catari QPI, e as britânicas Premier Oil e BP.

Abiquim condena a desativação das fábricas de fertilizantes da Petrobrás

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) manifestou “surpresa e indignação” com a notícia da desativação das fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (“Fafen-SE”) e na Bahia (“Fafen-BA”) pela diretoria da Petrobrás.

Em nota, a entidade destaca que “as duas unidades de fertilizantes da Petrobras possuem capacidade de produção conjunta de 36,3 mil toneladas de ácido nítrico, quase 1 milhão de toneladas de amônia e mais de 1,1 milhão de toneladas de ureia, sem contar outros produtos derivados do próprio processo, como dióxido de carbono, sulfato de amônio e ARLA (ureia diluída, utilizada para redução das emissões de NOx nos caminhões que utilizam diesel). A Abiquim “refuteveemente” a afirmação feita pela direção da estatal “de que ‘o País já importa 85% da demanda nacional por

fertilizantes”, o que nos leva a concluir que não haveria problema de suprir totalmente o mercado com importações”. Para a entidade, “O País, sua agricultura e sua indústria, não podem ficar dependentes 100% de importações de produtos tão estratégicos. Não podemos captar toda e qualquer vulnerabilidade que o mundo tente passar para o País, especialmente no que diz respeito à agricultura. De que adianta termos a agricultura mais competitiva do mundo se não conseguimos construir uma cadeia de fornecedores locais e que agregue valor ao País”.

“A elevada dependência por importações deixa o país vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços, trazendo também algum risco relacionado a eventual escassez de insumos básicos. A ABIQUIM, contrariamente à posição da Petrobras e dada a importância estratégica dos fertilizantes, sempre defendeu que seria necessário reduzir a participação das importações sobre o

consumo nacional, elevando a produção interna. O país tem reservas de fósforo e de potássio, matérias-primas para a produção de fertilizantes fosfatados e potássicos, com potencial para serem exploradas. Além disso, com a descoberta do pré-sal, a oferta de gás natural, que é insumo básico para a produção de nitrogenados, deve ser ampliada”, afirma a entidade.

Com a crescente resistência da sociedade contra mais essa tentativa de desmonte da Petrobrás, manifestada através de seus funcionários, de governantes e parlamentares da região, da indústria e entidades como os sindicatos e federações de petroleiros e a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), a Petrobrás anunciou na terça-feira (27) que adiou a “hibernação” das fábricas por 120 dias.

Veja a íntegra da nota da Abiquim no site da Hora do Povo <http://horadopovo.org.br/>

Governo arrocha segurança pública e desvia R\$ 56,7 bilhões para pagamento de juros

O setor público transferiu aos bancos sob a forma de juros R\$ 390,3 bilhões – ou o equivalente a quase 6% do PIB (Produto Interno Bruto) nos últimos doze meses.

Os dados são de relatório do Banco Central (BC) divulgado nesta quarta-feira (28) e revelam também que apenas de janeiro a fevereiro, R\$ 56,7 bilhões foram desviados para o pagamento de juros (considerando os governos central, estaduais e governos regionais).

Ao mesmo tempo, o go-

verno ameaça acabar com a Previdência em nome do controle de gastos; o Rio de Janeiro sofre com uma grave crise de segurança pública para onde recursos mínimos são destinados; o desemprego continua crescendo e o setor produtivo padecendo por falta de investimentos e a derrubada da demanda.

Na semana passada, o Ministério do Planejamento anunciou mais um corte – agora de mais R\$ 2 bilhões – no Orçamento. Assim, as verbas contin-

enciadas pelo governo neste ano já somam R\$ 18,2 bilhões. Dos R\$ 3 bilhões necessários para suprir os custos da intervenção federal no Rio de Janeiro, apenas um terço foi empenhado.

Os parasitas do setor financeiro, neste meio tempo, nunca se beneficiaram tanto com a política de ajuste dos governos Dilma e Temer e não é por acaso que foi no último período de crise que os bancos tiveram os maiores lucros da sua história.

Copom vê “recuperação” com “alto nível de ociosidade da indústria e desemprego”

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central é um primor. Logo no primeiro ponto ficamos sabendo que “O conjunto dos indicadores de atividade econômica mostra recuperação consistente da economia brasileira”. Contudo, de acordo com o segundo ponto, “A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego”.

Como é possível a economia estar bombando com “alto nível de ociosidade dos fatores de produção” (capital e trabalho)?

Segundo os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o investimento – expresso pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – caiu 1,8%, a quarta queda anual consecutiva. Com isso, a taxa de investimento foi reduzida para 15,6%, a mais baixa de toda a série atual do IBGE. O resultado disso é que indústria teve crescimento ZERO no ano passado. Serviços tiveram crescimento 0,3% (que é o mesmo que zero) e a agropecuária, 13%, basicamente devido ao milho (+55,2%) e à soja (+19,2%). Quanto ao emprego, são 12,3 milhões de desempregados, 26,4 milhões de subempregados

e 4,4 milhões que desistiram de buscar trabalho, conforme o IBGE. Essa é a “recuperação consistente” de Temer.

Já a inflação, segundo a ata do Copom, continua “em direção à meta no horizonte relevante para a política monetária”. O que, realmente, é relevante, é que a inflação está tão baixa porque vivemos uma depressão provocada pelo juro real na Lua, 3,5% ao ano, bem acima da média mundial de -0,06%. Além dos cortes nos investimentos públicos.

Mas mesmo assim, o BC sinalizou que, não só vai manter os juros reais nas alturas, como vai, após a reunião de maio, parar de reduzir a taxa Selic.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Magistrado da Lava Jato advertindo Moro: corruptos, traficantes, pedófilos poderão escapar sem prisão após 2ª instância

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos inquéritos da Operação Lava Jato na primeira instância, defendeu a prisão dos corruptos condenados após julgamentos em dois tribunais. Sem a prisão após a condenação nas duas instâncias jurídicas, isto gera “a impunidade” dos corruptos e bandidos do colarinho branco, disse Moro.

Para o magistrado, “não pode haver um sistema Judiciário faz-de-conta”, a pessoa que comete um crime “tem que ser punida”. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura (São Paulo), na segunda-feira (26), o juiz contestou aqueles que defendem que a prisão do criminoso condenado só ocorra após recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). Após “um julgamento final”. De acordo com o Moro, isso gera “a impunidade dos poderosos”.

“Aliada a essa exigência de se esperar um julgamento final, com nosso sistema processual, que é extremamente generoso, em relação a recursos, isso na prática acaba representando um desastre para a efetividade do processo penal. E aí se tem um processo sem fim. Aqueles processos que levam uma década, até mais de uma década”, ponderou.

Segundo Moro, isso só beneficia os bandidos ricos, do colarinho branco. “Essa generosidade de recursos [aos tribunais superiores] consegue ser muito bem explorada por criminosos poderosos política e economicamente”, sustentou Moro. Sérgio Moro elogiou o ministro Teori Zavascki, falecido tragicamente na queda do avião em que viajava, e disse que sem ele a Lava Jato não existiria. Lembrou que o foi o ministro quem “abriu o precedente”, em fevereiro de 2016, ou seja, de que a prisão após julgamento e condenação na segunda instância deveria ser executada, sem esperar o recurso no Supremo. Para Moro, a revisão dessa norma seria ruim. “Se for esperar o último julgamento, na prática, pela prodigalidade de recursos do nosso sistema, isso é um desastre porque leva à impunidade, e impunidade especialmente dos poderosos”.

“Mas o problema transcende muito a questão do ex-presidente Lula”, advertiu. “Eu fiz um levantamento, por exemplo, onde eu trabalho na 13ª Vara Federal, e são 114 execuções de pena ordenadas por mim e pela minha colega juíza Dra. Gabriela Hardt, desde esse precedente que foi fevereiro de 2016, 114 execuções de condenações confirmadas em segunda instância. E aí se tem casos de crimes contra administração pública, mas não é só Lava Jato. Lava Jato se tem 12 casos. Os outros, a grande maioria dos 114 não tem nada a ver com a Lava Jato, mas tem lá peculatos milionários de R\$ 20 milhões, R\$ 12 milhões, dinheiro desviado da saúde, da educação, e que fazem falta, evidentemente, à população, dessa população desassistida. Mas não é só isso: tem traficante, tem até pedófilo, tem doleiros... E isso eu estou falando dentro de um universo pequeno, do local onde trabalho. Vamos pensar na reprodução disso em todo território nacional”, alertou o magistrado.

“Esse precedente [aberto por Zavascki] foi um marco no Brasil, no progresso do enfrentamento da corrupção. Teria um efeito prático muito ruim [se fosse revisto pelo STF]. Como disse o ministro [Luís Roberto] Barroso, de ruim a trágico. E além disso passaria uma mensagem errada. Passaria uma mensagem no sentido, não cabe mais avançar. Vamos dar um passo atrás”.

Leia a matéria completa no site www.horadopovo.org.br

Toffoli solta propineiro e deixa cassado por corrupção elegível



Ministro Dias Toffoli abriu a porteira das prisões com suas decisões. Tiros jogam água no moinho da vitimização

O episódio envolvendo a caravana do ex-presidente Lula no Sul do país está agitando as seções policiais e editoriais políticas dos jornais brasileiros nesta véspera de Semana Santa. Ovos arremessados - e que não eram de páscoa - pedras voando, e até tiros nos ônibus, revelam que os ânimos estão exaltados e que algumas pessoas, ou bando de pessoas, estão perdendo as expectativas na Justiça e as estribeiras na política.

Alguns desequilibrados parecem que estão querendo impedir - com as próprias mãos - a impunidade dos ladrões do colarinho branco. Os idiotas acham que é jogando pedras e dando tiros nos outros que vão resolver

esse tipo de problema. Não é bem assim que as coisas se desenrolam. O buraco, em casos como estes, é muito mais embaixo do que pensam esses indivíduos.

Nem a Justiça se pronunciou definitivamente sobre os casos de corrupção em julgamento no país - e, portanto, não é o caso de desacreditar em suas decisões - e nem é com esse tipo de fanfarronice fascistoide que se resolvem as contradições vividas pelo país neste momento. Se os tiros que atingiram os ônibus da caravana de Lula saíram realmente das armas dessa gente, o que eles fizeram foi dar uma tremenda força para a marketagem vitimista e persecutória de seus

adversários.

Por outro lado, nada parece mais estúpido do que ver o PT e a trupe bolsonarista tirando proveito dessa pseudo-radicalização. Esse tipo de atitude mostra uma necessidade enorme das duas turmas de tirar suas campanhas do ostracismo. Ou seja, querem aparecer a todo custo. Por outro lado, é também patético assistir a campanha petista usar tudo isso e amplificar ao máximo o ocorrido para alimentar a ideia de que há uma “perseguição implacável” contra Lula. Em suma, o que a histeria dessa gente troulucada está fazendo nas estradas é dar uma boa ajuda ao script de vítima escrito pelo PT.

SÉRGIO CRUZ

Entidades de juízes se solidarizam com Fachin e cobram punição dos facinoras

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou nota em que manifesta o seu repúdio às ameaças sofridas pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Para a entidade, as ameaças “visam à intimidação do magistrado, em razão de estar conduzindo os processos relativos à operação Lava Jato na Suprema Corte brasileira”. “Não se pode admitir que haja essa tentativa de intimidação a um magistrado que é

relator da maior operação para apurar desvio de dinheiro público praticado por pessoas poderosas, processando e levando à prisão pessoas até então imunes à jurisdição criminal. O Brasil não aceita mais conviver com a corrupção que tanto afeta a vida da população”, diz a Ajufe.

A Ajufe se solidariza com Fachin e “exige das autoridades competentes a apuração das responsabilidades e a identificação e punição dos culpados”.

A Associação dos Ma-

gistrados Brasileiros (AMB) se manifestou contra “as ameaças ao ministro Edson Fachin (STF) e sua família, bem como contra qualquer tipo de intimidação ao Poder Judiciário”.

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), declarou seu mais “veemente repúdio às ameaças dirigidas ao Exm^o. Ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, e a sua família”.

Leia a íntegra das notas no site WWW.horadopovo.org.br

Procuradora-geral denuncia Aécio no STF

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou ao Supremo Tribunal Federal que receba denúncia contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), sua irmã, Andrea Neves, e outras duas pessoas no inquérito que apura a propina de R\$ 2 milhões paga ao tucano pelo empresário Joesley Batista, da J&F. Aécio, que presidia o PSDB, é acusado de corrupção passiva e obstrução de Justiça. A PGR também reiterou as denúncias, por corrupção passiva, de Andrea Neves, Frederico Pacheco e Mendherson Souza Lima.

A denúncia é baseada nas investigações da Operação Patmos, em razão da qual Aécio foi afastado do mandato parlamentar. Na ocasião, a irmã dele, Andrea Neves, o primo Frederico Pacheco e o assessor parlamentar Mendherson Souza Lima foram presos. Eles foram citados nas

delações premiadas de executivos da JBS. Paralelamente dos principais partidos investigados pela Lava Jato devolveram o mandato a Aécio, livrando-o da prisão.

“O caráter de vantagem indevida dos valores solicitados por Aécio Neves e por Andrea Neves a Joesley Batista fica claro quando o senador afirma que a pessoa que iria receber as parcelas deveria ser alguém ‘que a gente mata ele antes de fazer delação’”, escreveu Dodge.

O STF precisa decidir se aceita ou não a denúncia. Se aceitar, Aécio virará réu e passa a responder a um processo. Aécio foi gravado ao fazer o pedido de propina por telefone. Segundo sua versão, o dinheiro seria para efetuar o pagamento de seus advogados. No entanto, o rastreamento da PF mostrou que o destino de parte desses recursos foi uma conta da empresa Tapera

Participações, do senador Zezé Perrella e seu filho, Gustavo Perrella.

Aécio usava como intermediária - diz a denúncia da PGR - uma outra empresa, a ENM Auditoria e Consultoria: “[No dia] 04.05.2017, às 10h44, Mendherson liga para sua secretária e pede que ‘Tostão’, empregado do escritório do senador Zezé Perrella, faça um depósito para Frederico [primo de Aécio que pegou a propina com a JBS]. Na mesma manhã, M., gerente do Banco Bradesco, liga para Mendherson [assessor de Zezé Perrella] e pergunta sobre a origem de uma transferência da ENM Auditoria e Consultoria em favor da empresa Tapera Participações e Empreendimentos Agropecuários Ltda. no valor de R\$ 500 mil ocorrida no mês de abril”, expõe a denúncia.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Portos: PF pede acesso a relatório que desmente Temer

A Polícia Federal solicitou, na segunda-feira (26), acesso a um processo em tramitação no Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta “fortes indícios de ilegalidade” em normas previstas pelo Decreto dos Portos, que foi assinado pelo presidente Michel Temer em 2017 e alterou regras do setor portuário.

A PF apura se o decreto beneficiou a empresa Rodrimar em troca de propina. Temer é alvo de um inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF), que apura se houve crimes

como corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro em torno da edição do decreto.

O delegado Cleyber Malta Lopes, responsável pelo inquérito dos portos, quer acesso a todas as informações levantadas pelo TCU. Segundo o relatório, o decreto dá margem para um possível beneficiamento de empresas com contratos anteriores a 1993 no setor portuário - caso da Rodrimar, que atua no porto de Santos.

Os auditores destacam no texto que, “com base nas

novas regras trazidas pela norma infralegal poderão ser assinados mais de cem termos aditivos a contratos de arrendamentos portuários, cristalizando direitos e trazendo novas relações jurídicas viciadas do ponto de vista da legalidade”.

As conclusões do tribunal derrubam o principal argumento da defesa de Temer: o de que a Rodrimar, que tem contrato anterior a 1993, não poderia se beneficiar de regras que entraram em vigor em maio de 2017.

Mais em www.horadopovo.org.br

“Como ele pode ser elegível se foi cassado? Incoerência patológica”, questionou o procurador Júlio Marcelo de Oliveira

O ministro Dias Toffoli, do STF, concedeu “prisão domiciliar” ao deputado Jorge Picciani - que chefiava o segundo maior esquema de propinas daquele Estado - porque quis tirá-lo da prisão. Apenas por isso. Não há outra razão. Essa decisão - apoiada pelo ministro Celso de Mello - nada teve a ver com o estado de saúde do propineiro fluminense.

Tanto isso é verdade que, como frisou o ministro Luís Edson Fachin, o laudo dos peritos sobre a saúde de Picciani não apontava nada que determinasse a necessidade imediata de sair da prisão.

Ele poderia, perfeitamente, como tantos, fazer seu tratamento na cadeia.

Talvez por isso, a argumentação de Toffoli - relator do caso - pareça tão hipócrita: “Aqui não está em jogo ele ser parlamentar, mas sim uma questão de saúde, tanto que não se pede liberdade, mas sim prisão domiciliar”.

Essa é uma declaração muito própria de um advogado de defesa. É até natural, para a defesa, apresentar “prisão domiciliar” como uma modalidade de prisão - e não de liberdade. Como se não sair de casa e ficar na cadeia fossem coisas apenas ligeiramente diferentes...

Realmente, o problema de Picciani nunca foi o de ser parlamentar, mas o de ser corrupto. No entanto, era exatamente a situação de saúde de Picciani que se discutia na segunda turma do STF, na quarta-feira. O fato é que Toffoli passou por cima do laudo elaborado, a seu próprio pedido, pelos peritos - e adotou o discurso dos advogados de Picciani.

PROIBIÇÃO

No mesmo dia, Toffoli soltou o deputado Paulo Maluf, este por causa de uma hérnia de disco.

Também no mesmo dia, Toffoli proferiu uma decisão que deixa mais do que claro o sentido das suas outras decisões.

Dias Toffoli anulou - com uma liminar - a inelegibilidade do ex-senador Demóstenes Torres.

Trata-se daquilo que se chamava, há não muito tempo, um estupro jurídico. Pois ele **não anulou a cassação** de Demóstenes. Mas anulou a **consequência legal** da cassação.

Demóstenes estava inelegível até o ano de 2027 apenas por uma razão: a lei determina que, por ter sido cassado pelo Senado devido a suas relações com o crime organizado, isto é, com o notório Carlos Cachoeira, ele não pode concorrer a qualquer cargo eletivo.

A proibição de se candidatar a qualquer cargo era, portanto, uma decorrência, **determinada em lei**, de sua cassação. Mas Toffoli - e através de uma liminar - anulou a proibição, **mas não a cassação**.

“Se a cassação não foi anulada, como e por que razão os efeitos da cassação foram afastados?”, comentou o procurador Júlio Marcelo de Oliveira. “Como ele pode ser elegível se foi cassado? Incoerência patológica. Será que virão por aí outras liminares fantásticas para limpar a ficha de condenados em segundo grau?”.

Nós diríamos que o único motivo porque Toffoli não anulou a cassação de Demóstenes foi por medo da reação social, isto é, popular.

O que significa que sua decisão nada tem a ver com o Direito - nem com a justiça.

Mas por que, então, ele anulou as consequências que a lei determina para quem tem o mandato cassado? Aqueles que apontaram que isso é um ensaio para rasgar a lei da ficha limpa, estão certos. Aliás, não é apenas um ensaio: com essa decisão, Toffoli desrespeitou, na essência, a lei da ficha limpa e mais as duas outras leis, anteriores a da ficha limpa, que, no caso de Demóstenes, determinam sua inelegibilidade.

Também é óbvio o que Toffoli - independente de suas outras motivações, que devem

existir - quer com essa anulação **prática** da lei da ficha limpa e com a liberação de corruptos: a permissão para que condenados em segunda instância, a começar por Lula, fiquem soltos e possam concorrer às eleições, e, quem sabe, obter o foro privilegiado que lhes garanta a impunidade.

Se até Demóstenes pode, por que não Lula?

Com uma pena, Toffoli passou por cima de uma Resolução do Senado (a de nº 20/2012) e de duas leis, a Lei Complementar nº 64/1990 e a Lei Complementar n.º 81/1994, que determinam a inelegibilidade, para qualquer cargo, de senadores, deputados ou vereadores que forem cassados por conduta “incompatível com o decoro parlamentar” (Constituição, artigo 55, inciso II).

Esse é exatamente o caso de Demóstenes, cassado pelo Senado e **expulso do DEM** por receber R\$ 3,1 milhões e outros vultosos “presentes” do gangster Carlos Cachoeira, chefe de um esquema de corrupção, cobrança de proteção e exploração de cassinos. Demóstenes atuava no Legislativo, Judiciário e Executivo em prol dos interesses de Cachoeira - e mentiu, no Senado, sobre suas atividades.

Até a geladeira e o fogão da casa de Demóstenes eram um “presente” de Cachoeira.

Esse é o mesmo Demóstenes que, há poucas semanas, apareceu em vídeo, dando um banho de champagne francesa Veuve Clicquot (R\$ 5 mil cada garrafa) em sua enteada. Certamente, deve ter sido com seu salário de procurador em Goiás que Demóstenes comprou essa champagne...

Em 2012, o caso foi tão escandaloso que o PT - que chegou, no Senado, a se solidarizar com Demóstenes quando surgiram as primeiras denúncias - mudou de posição, passando a ser a favor da cassação do senador particular de Cachoeira.

Demóstenes era um amigo muito chegado ao ministro Gilmar Mendes, com quem realizou uma viagem por países europeus. Posteriormente (ou seja, depois que o escândalo estourou), Mendes esclareceu que suas relações com Demóstenes eram “de conhecimento e trabalho funcional” (v. HP 30/05/2012, Tour de Gilmar e Demóstenes pela Europa é mistério a ser explicado).

ANULAÇÃO

Em 2016, a segunda turma do STF (da qual Toffoli e Gilmar Mendes fazem parte) anulou algumas das principais provas contra Demóstenes - as interceptações telefônicas realizadas pela PF nas Operações Vegas e Monte Carlo.

O relator, no STF, que propôs a anulação das provas, aceitando pedido de Demóstenes, foi Dias Toffoli. O presidente da segunda turma do STF, na época, chamava-se Gilmar Mendes - que aliás, fez um discurso sobre o “abuso de autoridade” de que fora vítima um senador que recebia propinas do crime organizado, e o seu “direito à liberdade”.

O motivo da anulação é que Demóstenes, na época das gravações de suas conversas com Cachoeira, tinha direito a foro privilegiado, por ser senador.

No entanto, a investigação, como esclareceu a PF, não era sobre Demóstenes, mas sobre Cachoeira. O aparecimento de Demóstenes, na época promovido a campeão do combate à corrupção, foi uma surpresa para a PF - e para a maioria do Senado.

No entanto, segundo Toffoli e Mendes, o processo teria que ser enviado para o STF logo assim que apareceram “indícios do possível envolvimento de políticos de envolvimento nacional”.

Assim, o processo poderia reapresentar em lugar seco, sem muita luz, salubre e seguro. Senão, ele poderia se estragar, com essa mania que têm alguns de colocar ladrões do dinheiro público na cadeia.

CARLOS LOPES

Marina Silva: lei da prisão após 2ª instância tem que “ser seguida e aplicada a todos”

A ex-ministra Marina Silva, pré-candidata à presidência da República pela Rede Sustentabilidade, disse ser favorável ao início da execução da pena de réus condenados em segunda instância, antes de esgotados todos os recursos.

Segundo Marina, não se pode mudar as leis, a jurisprudência só em função de circunstância de uma pessoa. Ao comentar o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (PT), ela afirmou que não se pode “fulanizar a lei”.

“Não se pode ter dois pesos e duas medidas. Mudar agora leva com certeza a uma situação de anormalidade institucional”, comentou, referindo-se à jurisprudência do STF que prevê a prisão após condenação em segunda instância.

Segundo a pré-candidata da Rede, a lei “tem que ser seguida e aplicada em relação a todos, tem que ser cumprida sem dois pesos e duas medidas”.

Condenado por trabalho escravo, dono da Riachuelo lança candidatura

O empresário Flávio Rocha, dono da Riachuelo e dirigente do Grupo Guararapes, teve sua pré-candidatura à presidência da República lançada, na terça-feira (27), pelo PRB. No evento, ele disse que a candidatura é para defender o indivíduo e a livre iniciativa.

No início de 2016, o grupo Riachuelo foi

condenado por praticar trabalho escravo. Uma costureira que trabalhava para o grupo relatou uma série de abusos físicos e psicológicos. As funcionárias não bebiam água e quase não faziam necessidades fisiológicas por conta das limitações de trabalho impostas.

Mais em www.horadopovo.org.br

Arrocho no orçamento amplia a crise nas universidades federais

Universidades vivem um processo de asfixia desde a implantação da PEC do teto dos gastos, em 2016

Estudantes, trabalhadores terceirizados, servidores e professores da Universidade de Brasília (UNB) realizaram um protesto nesta segunda-feira (26) contra a ameaça de demissão de 270 funcionários do serviço de limpeza da instituição.

A UNB passa por uma das suas piores crises financeiras de toda história fruto dos cortes nos orçamentos das universidades federais praticados pelos governos Temer e Dilma. As contas não fecham e a estimativa é de que o rombo em 2018 fique em R\$ 92,3 milhões. Para tentar equilibrar as finanças, a instituição já fez os cálculos de quanto vai precisar cortar em despesas. O valor é um corte de R\$ 39,8 milhões. Em contrapartida, terá de aumentar a receita em R\$ 50,8 milhões, incluindo remanejamentos orçamentários.

A estimativa da UnB para as despesas de manutenção, neste ano, é de R\$ 137 milhões, e os contratos somam R\$ 214 milhões. Em 2017, o valor repassado foi o mesmo. Mas em 2016, a universidade recebeu cerca de R\$ 217 milhões do Tesouro, o que mostra o corte de 36,8%. A UNB é uma das instituições públicas de ensino superior mais importantes do país: tem 38.364 alunos, 157 cursos de graduação e 154 de pós-graduação.

O orçamento para custeio vindo da fonte do Tesouro, ou seja, para manutenção da universidade, vem sendo reduzido pelo governo, inclusive não contemplando a recomposição da inflação. As dificuldades desse corte são dramáticas e afetam desde a qualidade da limpeza nas instalações até a oferta de estágios aos estudantes”, destacou a UnB.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SintFub), a universidade vive um processo de asfixia orçamentária desde a implantação do teto dos gastos públicos federais, aprovado em 2016. No ano passado, a instituição sofreu corte de 45% na verba de custeio, que é utilizada, por exemplo, para despesas com água, energia elétrica e limpeza.

“Nós achamos que é necessário, primeiro, lutar contra o corte orçamentário imposto pelo governo federal e, segundo, buscar outros meios dentro da instituição, mas em hipótese alguma cortar posto de trabalho”, disse o dirigente Rogério Marzola, da coordenação do SintFub.

O arrocho orçamentário não se resume a UnB, todas as universidades federais passam por apuros financeiros. De 2015 para cá a situação das instituições federais só piorou. Projetos de pesquisas foram fechados, na maior do Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a luz foi cortada, na federal da Bahia também, salários atrasados, greve de professores, estudantes e funcionários por todo país.

Com os cortes, atualmente em 44 universidades federais do Brasil, 252 obras estão paradas – bibliotecas, salas de informática, prédios com salas novas, quadras. A Uni-

versidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem obras paradas no seu campus principal, em Belo Horizonte, devido à falta de materiais.

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), um complexo esportivo de 49 mil metros quadrados está abandonado. A construção já custou R\$ 28.337.038,82 ao governo.

Em São Luís, um prédio da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que serviria como biblioteca central está abandonado desde 2015.

No dia 12 de março, o governo publicou no Diário Oficial da União a Lei nº 13.633 que através do remanejamento dos orçamentos cortou do Ministério da Educação R\$ 600.000.000. Nesta lei não há cortes no FIES, que beneficia principalmente aos proprietários das instituições particulares, endividando os jovens das camadas populares, mas nas universidades federais o que não faltou foi disposição do governo Temer para cortar verbas.

Por exemplo: a Universidade Federal do Ceará teve mais um corte, desta vez de R\$ 36,1 milhões, Universidade Federal do Triângulo Mineiro 18,5 milhões, a UnB perdeu R\$ 14,3 milhões, a Universidade Federal do Tocantins – Hospital Universitário -R\$ 25,3 milhões. Universidade Tecnológica Federal do Paraná perdeu R\$ 20 milhões, na Universidade Federal do Maranhão o corte foi de R\$ 12,1 milhões, na Universidade Federal de Sergipe o corte foi de R\$ 16,8 milhões, no complexo hospitalar e de saúde da Universidade Federal da Bahia o corte foi de R\$ 40 milhões e no Instituto Federal do Amapá o corte foi de R\$ 50 milhões.

“Assim, continua a política de cortes dos investimentos sociais, e em particular na área da educação superior, que como já denunciada por nosso sindicato, padece de um subfinanciamento crônico de longa duração, que não foi resolvido pelos governos nestes últimos anos, e pelo contrário, a partir de 2015, apesar do slogan “Pátria Educadora” que o governo da época utilizava como sua marca, observa-se que o setor das IES começa a sofrer uma diminuição significativa do orçamento, que agora se aprofunda ainda mais”, afirmou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

Na contramão da desgraça que os governos Dilma e Temer colocaram as universidades federais está o lucro dos bancos. O Banco Central torrou com juros, em 2017, a quantia de R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB).

Enquanto isso, o setor financeiro registrou lucros astronômicos, como o espanhol Santander, que teve um lucro líquido de R\$ 7,99 bilhões no ano passado (um aumento de 44,5% em relação a 2016), o investimento nas universidades vai minguando e chegando a beira do colapso.

O problema não é a falta de verbas, mas sim no bolso de quem o governo escolhe colocar a riqueza produzida pelo trabalhador brasileiro.

MAÍRA CAMPOS

MP apresenta a 22ª denúncia contra ex-governador S. Cabral

O Ministério Público do Rio de Janeiro entrou, nesta terça-feira (27) com ação de improbidade administrativa na 10ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro contra o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), cinco empresários da máfia dos ônibus e a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros (Fetranspor).

No pedido, que ainda será analisado pela Justiça, o promotor Alberto Camargo pede a indisponibilidade dos bens dos acusados além do ressarcimento aos cofres públicos de, no mínimo, R\$ 72 milhões.

De acordo com o Ministério Público houve “redução irregular de carga tributária” com a instituição de 50% no valor do IPVA para as empresas de ônibus do Rio. Tal benefício, de acordo com o MP, não preenchia as formalidades legais. Em janeiro de 2014, Sérgio Cabral concedeu, através do Decreto 44.568, de 17 de janeiro de 2014, desconto de 50% no IPVA para as empresas de ônibus do Estado do Rio de Janeiro. A medida aconteceu um dia após o recebimento do ofício com a solicitação encaminhada pelo presidente executivo da Fetranspor, Lélis Teixeira.

Também na terça-feira, a força tarefa da Lava Jato no Rio de Janeiro denunciou pela 22ª vez, o ex-governador Sérgio Cabral. Dessa vez, Cabral foi denunciado

por corrupção. Junto com ele, outras 11 pessoas foram denunciadas, entre elas, Orlando Diniz, ex-presidente da Federação do Comércio do RJ (Fecomércio). Todos foram alvos da Operação Jabuti, deflagrada em fevereiro passado.

Além de Cabral, foram denunciadas outras 11 pessoas, entre eles, o presidente da Fecomércio, Orlando Diniz. Outras sete pessoas ligadas a Federação de Transportes do Estado do Rio (Fetranspor) também foram denunciadas, incluindo Lélis Marcos Teixeira, ex-presidente da Fetranspor, e o empresário Jacob Barata Filho.

Sérgio Cabral e os integrantes do setor de transporte são acusados de terem reduzido a receita tributária ao dar desconto de 50% no IPVA para empresas de ônibus. Além da perda da função pública, o MP pede a inelegibilidade de cinco a oito anos de todos os integrantes do esquema.

Orlando Diniz foi denunciado por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. No final do mês passado, Diniz foi preso na Operação Jabuti. De acordo com as investigações, Diniz teria sido responsável pelo desvio de, pelo menos, R\$ 10 milhões dos cofres públicos. Como gestor do sistema Fecomércio/Sesc/Senac no Rio, Diniz cuidava de um orçamento anual de cerca de R\$ 1 bilhão.



Terceirizados protestam contra demissões na Universidade de Brasília (UNB)

“Venda da Embraer fere a soberania nacional”, denunciam metalúrgicos

O Seminário “Qual é o futuro da Embraer?”, que ocorreu no último dia 23, em São José dos Campos, reunindo grandes especialistas do setor aeronáutico, que criticaram sua possível venda para a Boeing. Eles destacaram os impactos negativos da venda da líder brasileira para a economia e a soberania do país. O evento foi organizado pelos sindicatos dos metalúrgicos São José dos Campos, Botucatu e Gavião Peixoto, onde há plantas da Embraer.

O doutor em Economia, Artur Monte Cardoso, autor da tese ‘Embraer e a questão nacional’, afirmou o país tem “a necessidade de defender a Embraer como questão de soberania nacional. É imensa nossa responsabilidade, não apenas em defender os empregos e as instalações da empresa, mas a Embraer como patrimônio brasileiro”.

Daniele Cofani, trabalhador da companhia aérea Alitalia levou ao seminário sua contribuição, como testemunha da destruição da ex-estatal após sua privatização. O

processo de venda da Alitalia aconteceu entre 2008 e 2009, e foi seguido pela demissão de 10 mil trabalhadores e redução salarial de 13%, em média.

“A venda e privatização da Alitalia custou aos italianos 7 bilhões de euros e dezenas de milhares de empregos. Agora, nos encontramos sem uma empresa nacional”, relatou.

Gustavo Machado, do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), apresentou o estudo sobre a situação mundial do setor aeronáutico e o papel da Embraer, e, entre outros pontos, destacou a falta de visão estratégica e de soberania do governo brasileiro. Ele citou o veto do presidente norte-americano, Donald Trump, à venda da empresa Lattice Semiconductor para a China. Na época, Trump argumentou que “a transação representa um risco à segurança nacional dos Estados Unidos”.

“Se perder a Embraer, o Brasil estará fora do mercado aeronáutico por muito tempo. Levam-se décadas para a construção de uma indústria do setor. O que a

gente vai perder é a capacidade que poucos países têm. Não tem outra saída que não a reestatização da Embraer”, afirmou Machado.

A falta de debate no país sobre a possível venda da Embraer também foi duramente criticada no debate. O vice-presidente do Sindicato de São José dos Campos, Herbert Claros, destacou a recusa da Câmara Municipal em convocar uma audiência pública sobre o tema. Segundo ele “o pedido foi rejeitado porque os vereadores queriam esperar o aval da Embraer, mostrando quem realmente manda nos políticos”.

O professor Marcos José Barbieri, da Unicamp, afirmou que a venda vai prejudicar gravemente o investimento e a inovação da brasileira, “a Embraer sobreviveu a partir da iniciativa e inovação em apresentar novos projetos de aeronaves. Foi assim com Legacy, KC-390 e E2. Com certeza, a Boeing não irá trazer uma nova aeronave para ser fabricada no Brasil”.



Seminário debateu medidas contra a entrega da Embraer para a Boeing

Minas Gerais já registra 145 mortes por febre amarela desde dezembro

O número de óbitos causados pela febre amarela aumenta cada vez mais no país. Em Minas Gerais, de acordo com a última atualização oficial, já são 145 mortes.

A cada semana, os números crescem junto com a preocupação da população. A média é de 1,5 mortes por dia desde dezembro de 2017.

Além das mortes, já estão confirmados 413 casos da doença no estado mineiro e outras 607 notificações ainda estão sendo investigadas.

Mesmo com a cobertura vacinal sendo expandida, a meta necessária ainda não foi atingida. Estima-se que pouco mais de 3,6 milhões de pessoas ainda não receberam nenhuma dose da vacina.

Juiz de Fora é a cidade

com o maior número de moradores com a infecção. De acordo com o balanço da Secretaria de Estado de Saúde (SES), são 36 pessoas confirmadas com a doença. Em seguida, vem Mariana, que faz parte da regional de saúde de BH, com 34. Além de Nova Lima, com 31 casos.. A capital Belo Horizonte e Zona da mata seguem concentrando o maior número de casos da doença. Em relação as mortes, Juiz de Fora segue na liderança, com 9 óbitos. Em seguida, vem Nova Lima, com oito, Mariana com sete, e Lima Duarte, com seis. Belo Horizonte registra oito casos, com três óbitos.

RIO No estado do Rio de Janeiro a situação da febre amarela também segue se agravando. De acordo com

a Subsecretaria Estadual de Vigilância em Saúde, o estado já registrou 190 casos da febre amarela silvestre em humanos, com 69 óbitos. Uma morte a cada 2,75 casos.

Angra dos Reis segue na liderança com o maior número de mortes, são 48 registros da doença e 48 óbitos. Teresópolis segue com 21 casos e oito mortes e Valença com 23 casos e seis óbitos.

SÃO PAULO De acordo com a última atualização das informações sobre os casos da febre amarela divulgada pelo Ministério da Saúde na última quarta-feira, dia 21, o estado de São Paulo tem 451 casos confirmados da doença, com 129 óbitos. Cerca de 315 casos ainda estão sendo investigados.



A maior lagoa de água doce do Brasil está ameaçada pela lama da Samarco

Justiça manda Samarco proteger água da Lagoa Juparanã no Espírito Santo

A Vara da Fazenda de Linhares, no Espírito Santo, condenou a mineradora Samarco a tomar medidas de proteção às águas da Lagoa Juparanã e da Lagoa Nova, para evitar uma possível contaminação pelo Rio Doce. Em sua sentença, o juiz Thiago Albani Oliveira Galvêas, determinou a construção de barragens definitivas com comportas de controle hídrico nos rios de Linhares onde já existem barragens temporárias e irregulares com o Rio Doce.

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela anglo-australiana BHP Billiton, inundou o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, no dia 5 de novembro de 2015. A lama de rejeitos invadiu e contaminou o Rio Doce até a sua foz, no litoral do Espírito Santo.

“A Lagoa Juparanã é a maior lagoa do Brasil em volume de água doce e a segunda maior em extensão geográfica. Há 26 km de comprimento por até 5,5km de largura. No idioma Tupi, Juparanã quer dizer “mar de água doce”. A Lagoa Nova é tão importante quanto a lagoa Juparanã para Linhares. São exatamente estas duas lagoas, além do Rio Doce, que são utilizadas para fornecer água para a população de inúmeros municípios, mas principalmente para Linhares, com a ressalva de que o Rio Doce não é atualmente opção segura para utilização da água, restando apenas as duas lagoas.”

Em sua sentença, o juiz julgou procedente o pedido do Município, para condenar a Samarco a cumprir todas as obrigações apontadas pelos órgãos técnicos ambientais, estaduais e municipais, para a manutenção e proteção dos rios e lagos municipais. A Samarco “deverá pagar o serviço sob pena de ter arrestado e convertido em pagamento os seus ativos, e, por se tratar de reparação de dano ambiental, com possibilidade da sanção recair solidariamente sobre as empresas sócias, mantenedoras, proprietárias ou do mesmo grupo econômico da requerida.”

O juiz determinou, ainda, que a decisão seja efetivamente cumprida, com a conclusão das obras, no último dia útil de outubro de 2018. Se descumprir as ordens judiciais, a empresa deverá pagar multa de R\$ 50 mil por dia.

Segundo o magistrado, por pouco a contaminação de rejeitos que destruiu o Rio Doce não invadiu a Lagoa Juparanã na cheia que ocorreu em janeiro de 2018. “A diferença visual da água do Rio Doce para a água da Lagoa Juparanã é gritante. Imaginemos agora se houvesse o contato e invasão destes sedimentos. Os danos seriam inimagináveis e por gerações, quase que iguais aos da tragédia já existente.”

Jovem denuncia Burger King após ser nomeado “macaco” em nota fiscal

O jovem profissional em Relações Internacionais, David Zambelli Jr, denunciou um caso de racismo, no qual teria sofrido em uma lanchonete da rede Burger King, na Vila Nova Conceição, na zona sul da cidade de São Paulo. Em seu Facebook, ele publicou a foto da nota fiscal do pedido, na qual é identificado como “macaco” no campo cliente

“Racismo é crime, fui chamado de ‘macaco’. O preconceito racial é uma ‘doença’ que deve ser eliminada da sociedade brasileira. É inadmissível que em pleno século XXI, em 2018, ainda possa acontecer esse tipo de atitude racista”, escreveu Zambelli.

De acordo com o jovem, o caso ocorreu na madrugada do último sábado (24), na lanchonete da rede localizada na Avenida Santo Amaro. “Até quando isso irá existir no Brasil? Hoje foi comigo, amanhã pode ser com você!”, acrescentou.

David Zambelli registrou um boletim de ocorrência por injúria racial na Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi).



David Zambelli Jr denunciou a rede

Audiência pública denuncia fechamento de AMAs em SP

O Ministério Público de São Paulo realizou uma audiência pública nesta terça-feira (27) para discutir o fechamento de unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) na capital. Já são seis inquéritos para investigar a decisão de fechar 118 AMAs. A Prefeitura de São Paulo desconversa e diz que não é fechamento, mas sim uma “reestruturação” no sistema. O fato é que a reestruturação está fechando as AMAs e indignando a população.

O prefeito Doria foi convidado, mas não compareceu. “Temos recebido várias reclamações com relação aos fechamentos de Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Temos vários questionamentos sobre os fechamentos das unidades. E quando chamamos uma audiência pública é porque também temos dúvidas. Acharmos necessário ouvir a população e o poder público. Chamamos para essa audiência tanto o secretário de Saúde quanto o prefeito, mas ele não veio e isso foi lastimável”, disse a promotora, Dora Martin Strilicher.

O auditório estava completamente lotado, com pessoas acompanhando a audiência sentadas no chão ou em pé. Houve muita manifestação da população, com vaias direcionadas à prefeitura e palmas aos que se manifestavam no microfone contra o fechamento das unidades de saúde municipais. Lideranças dos bairros e profissionais de saúde protestaram contra os fechamentos. “O governo não pode fechar as AMAs porque a população vai ficar sem alternativas. Os hospitais estão superlotados. Pessoas vão morrer com essa decisão”, denunciou o professor de capoeira da UMES, Fabiano Pavo, representante da Bela Vista.

“Tivemos aqui hoje mais de mil pessoas. Infelizmente nosso auditório não foi compatível. Mas está evidenciada aqui uma insatisfação muito grande. A dúvida do MP é de como será feita essa reestruturação [das unidades de saúde] sem prejuízo para a população. E é isso que apuramos nesses inquéritos”, ressaltou Dora. Segundo ela, embora a prefeitura negue, o Ministério Público tem conhecimento sobre o fechamento de várias unidades de saúde na cidade.

Os inquéritos foram abertos após o recebimento de vários abaixo-assinados da população que se diz prejudicada com o fechamento das unidades. Um dos pedidos, por exemplo, contava com mais de 6 mil assinaturas, informou a promotora Dora Martin. Um novo abaixo-assinado, com mais de mil assinaturas, foi entregue na terça ao MP pedindo a instauração de um novo inquérito.

O secretário municipal de Saúde, Wilson Pollara, que foi muito vaiado ao chegar à audiência pública, quis convencer as pessoas de que não houve fechamentos de AMAs. “A prefeitura não fecha nenhuma estrutura. A prefeitura só modifica o nome e o jeito de atender”, disse ele. “Ao invés de se ter um médico que não te conhece, que vem uma vez por mês para dar um plantão, você vai ter um médico de saúde da família que já foi na sua casa, que te conhece e que acompanha sua saúde ao longo de todo o tempo”, explicou o secretário.

O que ele não disse é que hoje existem os dois modelos assistenciais e que eles estão fechando as AMAs. A secretária adjunta da Saúde, Maria da Glória Zenha Wieliczka, abiu o jogo em um entrevista há alguns meses: “As AMAs são muito caras”, disse ela.

Pressão dos servidores derrota reforma da Previdência de Doria



Professores comemoram após anúncio do governo que PL não será votado



Ato dos professores bloqueia estradas contra atrasos no pagamento

Governo Pimentel atrasa parcela de salários do funcionalismo mineiro e professores protestam

O Governo do Estado de Minas Gerais atrasou mais uma vez o pagamento do salário dos servidores este mês. A Secretaria de Estado da Fazenda não soube informar quantos funcionários ficaram com o pagamento atrasado, mas os valores que deveriam ter caído na conta dos trabalhadores na sexta-feira, 23, só foram pagos nesta terça-feira, 27, ao meio dia.

O salário dos funcionários do estado de Minas está parcelado em três vezes, e segundo a informação da Secretaria da Fazenda, a expectativa era regularizar os valores devidos até segunda-feira

(26), mas “não foi possível concluir os pagamentos”.

A desculpa do governo de Fernando Pimentel (PT) é de que “a queda da arrecadação tributária e a redução dos repasses da União a Minas Gerais frustraram as receitas do mês de março e refletiram no fluxo de caixa do Estado, impossibilitando o pagamento total da segunda parcela do salário de fevereiro”.

Os professores do estado, em greve desde o dia 08, organizaram uma manifestação nesta quarta-feira, 28, na região de Igarapé que foi duramente reprimida pela Polícia Militar. Os profissionais da educação tam-

bém estão com os salários parcelados, no entanto, os docentes também enfrentam parcelamento do 13º e o não pagamento de reajustes salariais acordados com a categoria.

Segundo o Sind-UTE/MG (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), o acordo previa um reajuste de 7,64% que deveria ter sido dado este ano para que os professores do estado ganhem o piso nacional e, em janeiro, acumulou mais um reajuste de cerca de 7% para manter o piso salarial. “A gente tem uma lei e um acordo a serem cumpridos”, afirmou a entidade.

Recém inaugurada, emergência do Hospital Federal de Bonsucesso (RJ) fecha por falta de profissionais

Após sete anos e R\$ 21 milhões investidos em novo prédio, a emergência do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), no Rio, teve suas portas fechadas no final de semana por falta de profissionais. A unidade, que já havia pedido socorro ao Ministério da Saúde, conseguiu se manter funcionando por menos de um mês.

A emergência do HFB, que durante a obra funcionou em contêineres que somavam cerca de 260m², tem hoje 3000m². Apesar disso não houve contratação de novos profissionais da saúde. De acordo com o defensor público da União Daniel Macedo, a unidade precisa de 700 profissionais

da área para ter seu pleno funcionamento, mas conta hoje com cerca de 60.

Segundo o Conselho Regional de Medicina (CREMERJ), o atendimento no setor vem sendo comprometido por conta de um déficit de 110 médicos de diversas especialidades. “Na semana retrasada, estivemos aqui e tínhamos apenas um clínico geral para atender 60 pessoas, uma desassistência aborrida! O principal problema que nos impede de manter a emergência aberta é o déficit de pessoal. A emergência é belíssima, nova, faz inveja a vários hospitais particulares. Mas, sem médicos, de que adianta?”, disse Nelson Nahon, presidente do CRE-

MERJ, que declarou apoio ao fechamento da unidade em tais condições. Nelson declarou também que “o que o governo federal está fazendo é um crime”.

O diretor da unidade enviou ao Ministério da Saúde, ainda na segunda semana de funcionamento da emergência nas novas instalações, uma carta que já avisava que “as condições existentes inviabilizam seu funcionamento, inclusive com a indicação técnica de fechamento”. Após o anúncio do encerramento das atividades, o Departamento de Gestão Hospitalar anunciou a contratação, em caráter emergencial, de apenas 35 novos profissionais.

Hospital do Mandaqui fica sem médicos 3 vezes por semana, denuncia Sindicato de SP

No superlotado pronto-socorro do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, o principal da zona norte da capital de São Paulo, faltam médicos clínicos ao menos três vezes por semana, denunciou o Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), em nota divulgada pela internet na última quinta-feira (22).

Segundo apuração feita pelo G1, mais de 40 pessoas estão internadas em macas nos corredores da unidade, algumas há mais de dois dias

nesta situação, e o atendimento chega a demorar 10 horas. Os médicos afirmam que entre esses pacientes há pessoas em situação grave e que precisam de cuidados mais intensivos.

“Além da superlotação, o hospital sofre com a falta de profissionais na equipe de clínica médica, chegando a ficar sem nenhum médico durante os plantões em, pelo menos, três dias na semana. Esse déficit é muito grave, pois deixa a população de-

sassistida”, conta Eder Gatti, presidente do SIMESP.

Eder disse também que “a administração do hospital alega que já relatou o problema para a Secretaria Estadual da Saúde diversas vezes, solicitando a contratação de médicos por concurso público. Porém, a secretaria, de forma sistemática, responde que não abrirá concurso”. Na nota, o SIMESP afirma já ter denunciado ao Ministério Público a situação do hospital.

Projeto da Prefeitura foi retirado da pauta por 120 dias. Sindicato suspende greve

A grande pressão dos servidores de São Paulo derrotou o projeto de “reforma” da Previdência municipal (Projeto de Lei nº 621/2016), proposto pelo prefeito João Doria. Nesta terça-feira, o presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), anunciou que o texto será retirado da pauta por 120 dias.

O projeto elevaria a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, podendo chegar a 19% devido a uma alíquota extra, variável entre 1% a 5%, para quem recebe acima do teto do INSS (R\$ 5.645). O projeto também criava a previdência complementar privada, o SAM-PAPREV.

Na tentativa de obter apoios, o prefeito chegou a retirar, ainda na terça-feira, a alíquota complementar do projeto, além de prometer um reajuste no piso dos servidores, de R\$ 1.132 para R\$ 1.400. Mesmo assim a reação dos servidores e o apoio da população à greve e a mobilização falaram mais alto e a prefeitura não conseguiu reunir os 28 votos que eram necessários para aprovar o projeto.

MANIFESTAÇÕES

A reação contrária ao projeto ganhou as ruas, com o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Simpeem) organizando uma nova manifestação com milhares de pessoas em frente a Câmara na terça-feira, quando estava previsto para o projeto ser votado. Durante o período em que o projeto tramitou na Câmara, a mobilização foi crescendo. Milhares de servidores, professores, e outras categorias do funcionalismo, pais e alunos, ocuparam a frente da Câmara, em manifestações gigantescas. Na semana passada, uma multidão lotou a Avenida Paulista contra o a reforma da previdência municipal.

O PL, que representaria um confisco salarial dos servidores, como caracterizou o próprio Tribunal de Contas do Município, foi a última ação do prefeito antes de sua saída para a disputa pelo governo do Estado. Para o Presidente Cláudio Fonseca (PPS), a vitória foi graças à “pres-

ção das ruas”. “Turrão como sempre, o Doria achou que podia ir mais longe do que de fato tinha capacidade. Não sei quem colocou na cabeça dele que seria uma extraordinária vitória conseguir aprovar uma reforma que o governo federal não fez. Os servidores conseguiram uma trégua de 120 dias. Agora nosso papel é discutir com o próximo governo. A atual gestão deveria pedir desculpas a todos que foram prejudicados pela greve. Poderia ter sido evitado. Tomara que o Doria leve isso como experiência: nem sempre a força vence”, disse o sindicalista.

MENTIRAS

Em sua campanha pela “reforma” da Previdência, assim como o governo de Temer, Doria reprimiu manifestantes e fez uso de propaganda enganosa, alegando “rombo”, e que com a mudança na Previdência acabaria com os “privilégios” e garantiria mais dinheiro para a saúde, educação e para as aposentadorias futuras. A propaganda, que não convenceu a ninguém, foi rigorosamente desmentida pelo Simpeem.

O sindicato estava em greve desde o dia 08 de março, com o apoio da comunidade escolar, pais e alunos, mas após a vitória do adiamento da votação por 120 dias, a categoria “em assembleia, por unanimidade, decidiu suspender a greve e a disposição de manter sua posição contrária à Sampaprev e retomada da greve a qualquer tempo”, aponta comunicado do sindicato.

A nota do Simpeem também confirma que “o presidente [do sindicato] Claudio Fonseca tratou com o secretário municipal de Educação a garantia do pagamento dos dias de greve. E, conquistamos para todos e por todos os dias de greve”, além de que “a reposição das aulas, compromisso nosso com a população, que não se furtou a nos dar apoio, será debatida com a SME e deverá ser aprovada nas unidades escolares”.

A retirada foi uma vitória dos servidores, que mostraram a força da mobilização contra os ataques aos direitos dos trabalhadores. A categoria irá manter o alerta até a retirada completa do projeto da Câmara.

Política de isenções custa R\$ 58 bi à Previdência por ano, afirma Cobap

A Confederação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), cobrou o nota “o fim dos privilégios a todos os segmentos econômicos que não pagam a Previdência Social”.

De acordo com a entidade, “há anos o governo federal criou uma legislação especial para favorecer segmentos econômicos que teriam finalidades sociais e não visariam lucros. Esses segmentos deixam de pagar a Previdência Social. O dinheiro não arrecadado se chama renúncia fiscal”.

“Os principais segmentos são os seguintes: o sistema de tributação simplificado que incide sobre as micro e pequenas empresas, as entidades filantrópicas, empresas hospitalares, empresas educacionais, a exportação da produção rural, a folha de salários, os clubes de futebol, o setor do agronegócio e

o setor de Tecnologia da Informação”, relata.

“As renúncias fiscais previdenciárias prejudicam as contas da Previdência Social. E preciso acabar com essa legislação especial que gera perda de receita para a previdência Social de mais de R\$ 58 bilhões ao ano. Esse valor daria para pagar os aumentos reais das aposentadorias acima do salário mínimo e parte das perdas salariais histórias da categoria”.

“É um absurdo que o sistema previdenciário continue sofrendo tantos ataques financeiros do governo. A COBAP é contra todos esses privilégios e vai continuar lutando contra as renúncias fiscais e as desonerações. Dinheiro da Previdência Social é para pagar exclusivamente as aposentadorias, pensões e auxílios sociais”, afirma a Cobap.

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE



Gabriel Jesus marcou no 1º tempo Brasil vence Alemanha e segue amistosos em alta

Ante 72.717 pessoas e com gol de Gabriel Jesus aos 37min do primeiro tempo, o Brasil venceu a Alemanha, em Berlim, na primeira partida entre as seleções após o 7 a 1, na Copa do Mundo de 2014.

A partida serviu também para mostrar, de uma vez por todas, que a equipe de Tite não depende apenas de Neymar. O técnico brasileiro escalou um time com três volantes (Casemiro, Paulinho e Fernandinho) e Joachim Löw escalou sua seleção com alguns reservas, sem o goleiro Ter Stegen, o substituto de Neue, Özil, Khedira e Muller.

Com o Brasil bem postado na defesa, a Alemanha usou e abusou da bola alçada na área, sem pré em busca do centroavante Mario Gómez, mas sem perigo par o goleiro Alisson. Por outro lado, com três volantes, o Brasil tinha dificuldades na criação de jogadas, dependendo das ações de Willian e Philippe Coutinho, abertos nas pontas. E foi exatamente em jogada do atacante do Manchester City, que saiu o gol do Brasil. Após um desarme de Fernandinho, Willian tabelou com Daniel Alves e cruzou para Gabriel Jesus marcar de cabeça. O goleiro Trapp chegou a defender parcialmente, mas a bola ultrapassou a linha de gol.

No segundo tempo, o jogo ficou mais equilibrado, com a seleção brasileira tranquila – mas o técnico Tite estava elétrico à beira do gramado – e manteve o ritmo até o final, segurando as investidas da equipe da casa.

Em junho, o Brasil fará mais dois amistosos anteriores à Copa do Mundo, contra Croácia e Austria, ambos na Europa.

Heineken é flagrada com anúncio racista

A Heineken teve que retirar do ar o comercial de uma de suas cervejas depois que o conteúdo racista da propaganda despertou repulsa em vários países.

A peça fazia parte da campanha que promove a versão 'light' da cerveja nos Estados Unidos e tinha versões similares na Europa.

No filme criado pela agência Publicis, um garçom branco desliza uma garrafa da cerveja pelo balcão onde estão várias pessoas negras, até que esta chega e é pega por uma mulher, também branca. Então aparece o slogan "Sometimes, lighter is better". "Lighter" pode ser entendido tanto como "mais leve", quanto como "mais claro". As imagens junto com o slogan induzem a entender que "As vezes, mais claro é melhor", refere-se, portanto, às pessoas e não à cerveja, como se desculpou depois o fabricante.

O anúncio foi tirado da televisão e do YouTube. Vários artistas norte-americanos, entre eles o cantor Chance, the Rapper, popular entre os jovens dos EUA, consideraram a campanha racista. "Acho que algumas empresas estão colocando de propósito propagandas notavelmente racistas para que possam ganhar mais visualizações. Eu tenho que dizer: O comercial da Heineken 'As vezes, mais light é melhor' é terrivelmente racista, meu Deus", tuitou Chance.

A Heineken disse, em sua declaração, que sua cerveja Heineken Light tem apenas 99 calorias, mas que tinham 'errado a mão'.

A vigilância contra as propagandas racistas vem aumentando. Várias empresas tiveram que responder por racismo em anúncios recentes. Em janeiro, a H&M pediu desculpas por causa de um cartaz que mostrava uma criança negra usando um agasalho com a inscrição "O macaco mais legal na floresta".

No ano passado, a Pepsi teve que tirar uma propaganda do ar com a modelo americana Kendall Jenner após queixas de que o anúncio banalizava os protestos de direitos civis do movimento Black Lives Matter (As Vidas Negras Importam). Já a Dove pediu desculpas por um vídeo que mostrava uma mulher negra se transformando em branca após usar o sabonete produzido pela empresa.



Dove (foto), Pepsi e H&M também já expressaram racismo em seus anúncios

"Causas dos apagões são má gestão e negligência", denuncia PC da Venezuela

O Partido Comunista da Venezuela (PCV) avaliou que a recente decisão do governo de Nicolás Maduro de aplicar um plano de racionamento elétrico em várias regiões do país confirma as denúncias feitas pelos trabalhadores da indústria do setor sobre os graves problemas da mesma. Os sindicalistas eletricitários exigem ainda a liberdade incondicional do dirigente Elio Palacios, detido no Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional, SEBIN, por denunciar publicamente a situação do serviço elétrico.

Yul Jabour, membro do Birô Político do PCV, respondendo à explicação do governo de que a precariedade denunciada é causada por ataques da oposição, afirmou que embora existam evidentes atos de sabotagem, estes não constituem a principal causa dos problemas que afetam a indústria elétrica nacional. "Existem problemas gerenciais, da pouca capacidade de gestão que as autoridades da Corporação Elétrica Nacional, CORPOELEC, têm demonstrado; além dos problemas na geração, distribuição e manutenção da própria empresa. Tudo isso deve ser revisado", expressou Jabour.

O Partido Comu-

nista, que declarou seu apoio à candidatura presidencial de Maduro nas eleições que ocorrerão em 20 de maio deste ano com a premissa de que "não pode haver che- que em branco para ninguém", também rechaça a atitude do governo de encarcerar dirigentes sindicais, camponeses e do movimento popular que realizam denúncias sobre instituições ou empresas públicas, assim como sobre as deficiências na prestação de serviços.

O PCV indicou que o governo deve ouvir os trabalhadores organizados e não só aos funcionários que ocupam cargos de chefia em cada área.

Finalmente, pede que sejam avaliadas criticamente as gestões dos Ministérios de Energia Elétrica, Alimentação e Agricultura, e realizar as correções necessárias, inclusive o afastamento dos ministros.

No decorrer deste ano, já se produziram um total de 4.013 interrupções no serviço de energia elétrica, denunciou o Comitê de Atingidos pelos Apagões, segundo dados obtidos pelo portal Caraota Digital.

De acordo com as informações, o número de apagões foi incrementando-se consecutivamente com o passar dos meses. Em janeiro houve 531 interrupções, em fevereiro, 1.025 e em março, 2.457.

Linda Brown: pioneira no combate à segregação nos Estados Unidos



Para Martin Luther King "foi uma alvorada alegre na longa noite da segregação"

Multidão repudia agressão saudita-americana e expressa apoio ao governo popular iemenita

No dia 25, terceiro aniversário do ataque da Arábia Saudita ao Iêmen, 10 mísseis Burkan (Vulcão) de fabricação iemenita (segundo a agência de notícias iemenita Al Masirah) atravessaram cerca de 1.000 quilômetros e chegaram aos céus da capital saudita, Riad.

Dia 26, uma multidão tomou as ruas da capital iemenita, Sanaa, para dar apoio ao governo revolucionário e repudiar o ataque ao país, sob orientação norte-americana.

O Iêmen já atingiu a Arábia Saudita com 90 mísseis desde a declaração de guerra contra o país. O principais alvos foram os aeroportos de Riad (mísseis Burkan, longo alcance), e os da província de Jizan (mísseis Badr 1, médio alcance).

A agressão saudita a mercados, depósitos de combustível, escolas, reservatórios de água, fábricas, prédios gover-



'Afastamos o governo corrupto', afirma o líder Houthi

namentais e fazendas, além do bloqueio ao porto já causou 10 mil mortes e 26 mil feridos.

A saraivada de mísseis do dia 25 e a marcha do dia 26 mostram que os objetivos americano-sauditas fracassaram: o movimento revolucionário Ansarullah (que depois o governo fantoche liderado por Mansur Hadi), se fortaleceu em termos populares e militares.

"Nos insurgimos contra os corruptos no governo Hadi, uma ação legítima de um movimento conectado às preocupações, aspirações, e esperanças do povo e, portanto, a comunidade internacional deve reconhecer nosso direito à autodeterminação", afirmou o líder iemenita, Mohammed Ali al-Houthi em entrevista ao site Geopolitics Alert.

"Minhas lágrimas são de luta", afirma o pai de Ahd em carta à filha presa em Israel

Ahd Tamimi, de 16 anos foi condenada, dia 21 de março, a 8 meses de prisão por um tribunal militar (da ocupação israelense sobre a Palestina) depois de enfrentar com seus punhos um dos soldados da tropa de Israel que invadiu o quintal de sua casa. Seu pai, Bassem, escreveu a carta, da qual seguem os principais trechos, onde diz do seu sofrimento pela filha e mulher presas, mas destaca também o orgulho e a admiração pelo gesto de Ahd, agora símbolo de mais uma geração de palestinos que se apresta a enfrentar a ocupação e libertar a Palestina.

Esta noite, como todas as noites desde que dezenas de soldados invadiram nossa casa no meio da noite, minha esposa Nariman, minha filha de 16 anos, Ahd e seu primo, Nur, passarão atrás das grades. Ainda que seja a primeira prisão de Ahd, ela não é uma estranha às suas prisões. Minha filha passou toda sua vida sob a pesada sombra da prisão israelense - dos meus longos encarceramentos durante sua infância, às repetidas detenções de sua mãe, irmão e amigos, até a aberta-encoberta presença de seus soldados em nossas vidas. Portanto, sua própria prisão só era uma questão de tempo. Uma inevitável tragédia esperando para acontecer.

Em uma viagem à África do Sul, projetamos para uma plateia um vídeo documentando a luta de nosso vilarejo, Nabi Saleh, contra a dominação imposta por Israel. Quando as luzes se acenderam, Ahd levantou-se para agradecer às pessoas pelo apoio. Quando ela percebeu que alguns membros do público tinham lágrimas em seus olhos, lhes disse: "Podemos ser vítimas do regime israelense, mas estamos muito orgulhosos de nossa escolha de lutar por nossa causa, apesar do sabido custo. Sabíamos onde esse caminho nos levaria, mas nossa identidade como um povo e como indivíduos está implantada na luta e extrai sua inspiração dela. Além da opressão e da opressão diárias dos prisioneiros, dos feridos e dos mortos, também conhecemos o tremendo poder que advém de pertencer a um movimento de resistência; a dedicação, o amor, os pequenos momentos sublimes que provêm da escolha de destruir os muros invisíveis da passividade.

"Não quero ser percebida como uma vítima, e não cederei aos atos deles o poder



O pai, Bassem, a mãe, Nariman e a filha Ahd Tamimi



Ahd ao enfrentar a ocupação na vila de Nabi Saleh

de definir quem eu sou e o que serei. Eu escolho decidir por conta própria como vocês me verão. Não queremos que vocês nos apoiem por causa de algumas lágrimas fotogênicas, mas porque escolhemos a luta e nossa luta é justa. Esta é a única forma para podermos parar de chorar um dia."

Meses depois daquele evento, quando ela desafiou os soldados, que estavam armados até os dentes, não foi uma fúria repentina pelos graves ferimentos sofridos pouco antes por seu primo de 15 anos, Mohammed Tamimi, o que a motivou. Nem foi a provocação daqueles soldados entrando em nossa casa. Não. Aqueles soldados, ou outros que são idênticos em suas ações e em seu papel, eram hóspedes indesejados e não convidados em nossa casa desde que Ahd nasceu. Não. Ela os confrontou porque esta é a nossa forma, porque a liberdade não é dada como caridade, e porque apesar do pesado preço, estamos dispostos a pagar.

Minha filha só tem 16 anos de idade. Ahd é uma representante de uma geração de pessoas, de jovens lutadores pela liberdade. Essa geração precisa lutar em duas frentes. Por um lado, ela tem o dever, é claro, de continuar desafiando e lutando contra o colonialismo israelense em que nasceu, até o

dia em que ele acabe. Por outro, precisa enfrentar corajosamente a estagnação política e a degeneração que se espalhou entre nós. Essa geração precisa se tornar o sangue novo que irá reviver nossa revolução. Ahd é uma de muitas jovens que nos próximos anos irá liderar a resistência à dominação israelense. Ela não está interessada no destaque que está recebendo agora por causa de sua prisão, mas em mudança genuína. Ela está enviando uma mensagem: para sobreviver, precisamos encarar sinceramente nossas fraquezas e vencer nossos medos.

Nessa situação, meu maior dever - e da minha geração - é o de apoiá-la e lhe dar passagem; contermos-nos e não tentar romper e aprisionar essa jovem geração na velha cultura e ideologias sob as quais crescemos. Ahd, nenhum pai ou mãe deseja que sua filha passe seus dias em uma cela de prisão. No entanto, Ahd, ninguém tem mais orgulho de você do que eu. Você e sua geração são suficientemente corajosas, enfim, para vencer. Suas ações e coragem me encham de admiração e trazem lágrimas aos meus olhos. Mas, de acordo com o seu pedido, estas não são lágrimas de tristeza ou remorso mas, antes de mais nada, lágrimas de luta.

BASSEM TAMIMI

Linda foi matriculada, em 1954, em uma escola que até então só admitia alunos brancos, após vitória na Suprema Corte que declarou inconstitucional a discriminação

Morreu neste domingo, aos 75 anos, a pioneira na luta contra a segregação escolar, Linda Brown. Em 1951, seu pai foi o principal autor no processo conhecido como "Brown versus Conselho de Educação", que desafiou o segregacionismo norte-americano sob o imoral lema de "separados, mas iguais".

A ação aconteceu depois que, na cidade de Topeka, no estado do Kansas, ele tentou matricular sua filha de 9 anos em uma escola proibida para negros, situada ao lado de sua casa. Quatro anos mais tarde, em 17 de maio de 1954, veio a histórica sentença da Suprema Corte dos EUA, que, por unanimidade, decidiu que a segregação escolar era contrária à 14ª Emenda da Constituição.

"Linda fez parte dessa juventude heróica que, junto a sua família, lutou bravamente contra a segregação racial nas escolas públicas", afirmou na segunda, em uma nota sobre o óbito, Sherrilyn Ifill, presidente da histórica Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP, nas siglas em inglês), fundada em 1909, entidade que junto com a família Brown, organizou o processo coletivo contra a segregação nas escolas.

O processo foi um marco na luta pelos direitos civis e igualdade nos EUA, e a decisão favorável foi recebida com entusiasmo. Para Martin Luther King, a notícia foi uma "alvorada alegre para colocar fim na longa noite de segregação forçada".

A história de Linda teve início em 1951, quando ela cursava a terceira série em uma escola fundamental para negros, a Monroe Elementary School, há cerca de três quilômetros da sua casa. "Ela queria ir para a escola com suas amigas, mas as escolas primárias de Topeka foram segregadas", lembra sua mãe, Leola Brown. "Um dia o pai dela disse que tentaria fazer algo a respeito" e nesse sentido prometeu "dar o seu melhor".

Foi assim que o reverendo Oliver Leon Brown, em setembro de 1950, pegou sua filha e a levou até a escola primária ao lado de sua casa, a escola Sumner, para exigir que o diretor aceitasse a matrícula de sua filha. Ao relatar algumas de suas lembranças desse dia, no documentário "Eyes on the Prize", Linda afirma que podia ouvir a discussão vinda do escritório do diretor mesmo enquanto aguardava no saguão da escola. "Sabia que algo estava deixando meu pai muito tenso". Terminada a conversa, ambos voltaram caminhando para casa. "Eu podia sentir a tensão na mão dele, ele estava muito contrariado".

Linda comenta que muitas vezes seu pai chegava em casa e encontrava sua mãe chorando. "Isso ocorria porque eu caminhava, assim como fez minha mãe durante anos, para pegar o ônibus escolar" até a escola. "Recordo-me das duras caminhadas e do frio intenso que chegava a congelar minhas lágrimas no rosto", relatou Linda a uma plateia durante uma palestra na Universidade de Michigan.

"Essas eram as circunstâncias que tanto irritavam nossos pais. Por que temos que dizer aos nossos filhos que por serem negros não lhes é permitido estudar próximo de casa?", perguntou seu pai". Para ela, está era uma pergunta que estava no coração de todos os negros. "Os negros sentiam que já havia passado da hora de matricular seus filhos em escolas mais próximas".

Após diversas recusas da direção, Oliver Brown e outros pais decidiram, em fevereiro de 1951, com o apoio da NAACP de Topeka, entrar com uma ação conjunta contra o distrito na Justiça Federal. Ainda em julho, três juízes decidiram pela manutenção da segregação das escolas. Em 1952, o caso foi recorrido à Suprema Corte, e ao unir no mesmo processo diversos casos, entre os mais conhecidos, os casos de Delaware, Kansas, Carolina do Sul, Virgínia e em Washington, que é a capital do país, o processo ganhou notoriedade e passou a ser conhecido como o caso "Brown versus Conselho de Educação".

Contra o estado de segregação advogado Thurgood Marshall, que era o conselheiro-chefe do Fundo de Defesa Legal e Educação da NAACP. E mesmo

ocorrendo distante da cidade de Topeka, e apesar da dificuldade de comunicação, o julgamento foi acompanhado em detalhe pela família Brown. "Nós vivíamos na calmaria do olho do furacão, observando a tempestade ao nosso redor e nos perguntando quando isso iria acabar", afirma Linda ao ressaltar que seu pai e sua família nunca desanimaram, mesmo sem saber "quão longo seria o processo".

No dia 17 de maio de 1954, a Suprema Corte anunciou a decisão de forma unânime: a segregação nas escolas violava a Constituição. Em sua decisão, os juízes afirmam que "separar as crianças negras de outras de idade e qualificações semelhantes, unicamente por sua raça, causa um sentimento de inferioridade em relação à posição na comunidade, o que pode afetar seus corações e mentes de uma maneira improvável de ser revertida". Na decisão, ainda constava que a segregação era uma prática que violava a cláusula de "proteção igualitária", prevista na 14ª Emenda da Constituição.

Em entrevista à rede PBS, em 1985, durante as comemorações do 30º aniversário da sentença, Linda avaliou que a decisão teve "um impacto em todas as facetas na vida dos negros ao longo de todo o país. Eu penso que isso significou, para os nossos jovens, a eliminação desse sentimento de cidadãos de segunda classe. Acho que possibilitou que os sonhos, as esperanças e as aspirações dos nossos jovens chegassem mais longe nos dias de hoje".

Ao comentar sobre suas recordações envolvendo a decisão, Linda disse que os olhos de seu pai estavam "cheios de lágrimas" quando ela chegou em casa, ao voltar da escola. Uma grande onda de "resistência" se deu em todo o país, a exemplo da Virgínia, lembra ela, aonde o governador chegou a fechar as escolas para impedir a integração das crianças. Porém, em sua cidade, Linda conta que "nem eu, nem minha família sofremos o abuso e o conflito racial que aconteceu em tantas partes do país. Meu pai acreditava firmemente que Deus faria as pessoas fazerem a coisa certa".

Com a decisão, a história de Linda e de sua família ganhou repercussão nacional e internacional. "Foi durante esse período que eu herdei muito do reconhecimento do meu pai", que morreu pouco depois, aos 42 anos, em 1961. "Mal sabia ele que anos depois, quando saiu do banco de testemunhas, entraria para as páginas da História".

No ano seguinte ao da decisão, no dia 1º de dezembro de 1955, a costureira, e também negra, Rosa Parks, se recusou a ceder seu lugar para um homem branco, conforme obrigavam as leis segregacionistas de Montgomery, capital do Alabama. Sua atitude deu início ao boicote dos ônibus na cidade, marcando uma onda de manifestações nacionais que colocaram fim a segregação, a exemplo da "Marcha sobre Washington por trabalho e Liberdade", que reuniu centenas de milhares de negros e brancos, sob a direção de Martin Luther King.

Linda Brown é um símbolo da luta por direitos, e inspira movimentos como o "Black Lives Matter", que ganhou relevância a partir de 2014, ao mobilizar milhares de pessoas contra a discriminação que faz os negros amargarem diversos abusos, sobretudo das forças policiais, a exemplo do assassinato de Michael Brown na cidade de Ferguson, e de Eric Garner, em Nova Iorque e o recente assassinato de Stephon Clark, pela polícia de Sacramento com 20 tiros.

A segregação nos EUA foi legalizada em 1896, no caso que ficou conhecido como "Plessy versus Ferguson", onde a Suprema Corte decidiu que segregar os negros nos estados do sul não constituía violação a Constituição dos EUA. A decisão foi um revés contra os esforços liderados pelo presidente Abraham Lincoln, que vencerá uma guerra civil, a Guerra de Secessão, para colocar fim a escravidão e avançar na luta por igualdade.

GABRIEL CRUZ

Trump sanciona lei sobre Taiwan contra o princípio de 'uma só China'

O presidente Donald Trump assinou, na sexta-feira, a lei denominada Taiwan Travel Act, mais uma provocação que avança no sentido de criar mais instabilidade e tensão nas relações com China.

Entre as medidas definidas na nova lei, consta que funcionários de governo norte-americanos serão estimulados a viajar a Taiwan, em especial os que atuam nos Departamentos de Defesa e de Estado e as visitas de funcionários de alto nível de Taiwan serão bem recebidos nos Estados Unidos.

A nova lei subverte um protocolo diplomático seguido há décadas pelos Estados Unidos com relação à ilha.

Desde 1979, quando o governo norte-americano buscou uma aproximação com a China, a concepção denominada "Uma só China", segundo a qual a ilha é parte integral do país, foi admitida e os Estados Unidos cortaram laços diplomáticos com Taiwan mantendo que os EUA defenderiam Taiwan de qualquer tentativa chinesa de reunificação forçada.

A China deixou claro que se o governo local de Taiwan decidir a qualquer tempo declarar o território independente, isso será considerado um ato de guerra à China.

A China reagiu condenando a legislação bancada por Trump, que entre outras provocações, considera Taiwan como "farol da democracia cujas conquistas democráticas inspiram muitos países na região". O porta-voz do Ministério do Exterior da China denunciou que a legislação agora aprovada é uma "violação severa" do princípio de "Uma só China", e dá sinais errôneos pró-separatistas a Taiwan.

Louro Boris: "ingleses fazem" o "Novichok" em Porton Down



Chanceler inglês admitiu o "Novichok made UK" à rádio Deutsche Welle

O embaixador russo na Inglaterra, Vladimir Chizhov, observou em entrevista "que Porton Down - o laboratório inglês de guerra química - é bem mais perto que Moscou". Está a 11 km de Salisbury

Após o chanceler inglês Boris Johnson ter, em entrevista à Deutsche Welle, asseverado que o laboratório inglês de guerra química de Porton Down tinha agente "Novichok" - a suposta substância do "ataque químico em Salisbury", o embaixador russo Vladimir Chizhov observou em entrevista "que Porton Down é mais perto que Moscou".

Bem mais perto: 11 quilômetros. Na entrevista do loiro chanceler inglês, este foi perguntado pela DW alemão: "Você argumenta que a fonte desse agente nervoso, Novichok, é a Rússia. Como você conseguiu descobrir isso tão rapidamente? A Grã-Bretanha possui amostras disso?"

Acuado, Johnson tentou sair pela tangente: "Deixe-me ser claro com você ... quando eu olho para as evidências, quero dizer, as pessoas de Porton Down, o laboratório..." Foi interrompido pela DW: "Então eles [Porton Down] têm as amostras...". E então Johnson meteu os pés pelas mãos e confessou que eles - os ingleses - "fazem".

Asseverou ainda que a confirmação havia sido "absolutamente categórica", e que ainda insistia se "era Novichok mesmo" e lhe foi dito: "não há dúvida". Mas, foi contestado pelo ex-embaixador inglês Craig Murray, citando fontes internas de Porton Down, segundo as quais houve resistência em pôr no papel que era "de fabricação russa". A fórmula de compromisso encontrada com May foi a curiosa "de um tipo desenvolvido na Rússia". Do que - como para bom entendedor pinga é i - se deprende que poderia ter sido feito "em qualquer lugar", como já registrou o site moon of alabama.

Na tentativa de refutar a observação do embaixador Chizhov, a BBC foi até o laboratório de guerra química, ali apresentado como "de pesquisa", onde o diretor-executivo Gary Aitkenhead asseverou que quaisquer agentes nervosos mortais jamais poderiam ter escapado das "quatro paredes" da instalação militar. "Nós não poderíamos operar se tivéssemos falta de controle que poderia resultar em qualquer coisa deixando as quatro paredes de nossas instalações aqui", disse Aitkenhead. "Não tem como esse agente ter saído. Temos plena confiança de que nada poderia ter ido daqui para o mundo mais amplo".

Como o mundo é cheio de coincidências, como já assinalou a chancelaria russa, "no dia anterior ao envenenamento dos Skripals, o centro [o "laboratório" de Porton Down] realizou exercícios junto com os militares britânicos, durante os quais os métodos de combate à contaminação química e biológica foram praticados".

O expertise inglês em guerra química não pode ser menosprezado. Afinal, foi a Grã-Bretanha que desenvolveu e em 21 de junho de 1962 depositou uma patente sob o número GB1346409A para a produção de agentes químicos organofosforados VX, que foi posteriormente vendida para os EUA.

Também, como é bem conhecido e foi oficialmente reconhecido pelo governo britânico em 2006, o país realizou experimentos com Ronald Maddison e outras 360 pessoas para estudar os efeitos do sarin em humanos. Outro aspecto indiscutível do "expertise" inglês, nos tempo recentes, tem sido a disponibilidade para todo tipo de falseta a serviço de Washington. Uma das razões para Tony Blair ter passado para a história como o "lulu de W. Bush" foi a participação do MI-6, o serviço secreto inglês, na produção de mentiras para dar pretexto à invasão do Iraque.

A propósito, Blair já confessou que ele e os serviços secretos ingleses mentiram descaradamente. Antes da cena do "tubinho com anthrax fake" de Colin Powell, houve o anúncio de Blair de que Saddam estava pronto para fazer "ataque químico em 45 minutos". Pelo visto, May está tendo escapar do naufrágio de seu governo com seus próprios "45 minutos" e o mantra de "a culpa é da Rússia" e Putin é malvado.

Nos meses que antecederam a invasão do Iraque, os EUA foram assombrados por cartas com pó de anthrax, que depois da invasão acabaram rastreados até instalação de guerra química do Pentágono. A chancelaria russa também perguntou se a atual histeria em curso em Londres "é algum tipo de transe hipnótico sob influência da série de TV "Strike Back" - um tipo de "Homeland" -, que foi ao ar no Reino Unido há alguns meses e apresentava o agente químico Novichok?". Nome que foi inventado exatamente para ser por si só uma "evidência" contra Moscou.

O que levou o porta-voz da chancelaria russa, Vladimir Yermakov, diante de uma pergunta de provocação feita por um jornalista inglês sobre o "Novichok", a responder que o que se precisa é de uma "investigação conjunta" - como determinam as normas da OPAQ e do direito internacional - com "dados totalmente transparentes". "Em vez de suposições absolutamente vagas em relação a quaisquer "novichoks", "starichoks" (veteranos) ou "durachoks" (tolos)". Ele concluiu lembrando que foi um cidadão russo que foi atacado no Reino Unido. "A lógica sugere duas variantes possíveis. Ou as autoridades britânicas são incapazes de assegurar proteção contra tais ataques terroristas em seu território, ou eles estavam direta ou indiretamente envolvidos na preparação deste ataque contra um cidadão russo. Não há outra

ANTONIO PIMENTA

Varoufakis pede a Equador que reconecte a internet de Assange

O ex-ministro da Economia grega, Yanis Varoufakis, pediu que o governo equatoriano religue o acesso à internet de Julian Assange, fundador e líder do WikiLeaks, que se encontra asilado na embaixada em Londres desde 2012, para evitar ser extraditado para os EUA.

"Somente uma pressão extraordinária dos EUA pode explicar por que as autoridades do Equador hajam dado passos terríveis para isolar Julian", afirmou Varoufakis, em manifesto assinado em conjunto com o produtor musical inglês, Brian Eno.

"A única razão pela qual Julian está escondido na Embaixada do Equador em Londres - e por que o Equador lhe deu asilo em primeiro lugar - é precisamente porque ele fortaleceu a liberdade de expressão

Tribunal de Seul decreta prisão de Lee Myung Bak

Bak é ex-presidente sul-coreano e ficha-suja

O Tribunal Central do Distrito de Seul na Coreia do Sul emitiu no dia 22 de março ordem de prisão contra o ex-presidente sul-coreano Lee Myung Bak investigado por uma série de ilícitos de corrupção cometidos durante o período em que presidiu o país.

Uma viatura da polícia foi até a casa de Myung Bak para prendê-lo na madrugada do dia 23, pois ele se recusou a se apresentar diante do tribunal apesar das investigações realizadas pelo Tribunal de Seul terem comprovado a culpa do acusado. Ele negou as acusações, inclusive as que foram evidenciadas e provadas pelo tribunal, mas foi levado para um centro de detenção ao sul da capital. O Tribunal argumentou que a prisão era necessária para evitar a destruição de provas.

Lee Myung Bak foi preso mas antes publicou uma mensagem em suas contas nas redes sociais afirmando que "que sou responsável por tudo, mas durante a presidência fiz o meu melhor".

Lee foi o mais beneditista dos presidentes sul-coreanos e foi o responsável pela deterioração e os retrocessos nas relações com a RPDC - República Popular Democrática da Coreia. Entusiasta e apologista da ocupação norte-americana e virulentamente contrário à reunificação da Coreia, durante seu governo os diálogos entre Norte e Sul chegaram ao ponto zero, exatamente de

dos denunciantes e defendeu nosso direito de saber a verdade sobre práticas" dos EUA e outras potências ocidentais", denunciaram.

O corte da internet foi ordenado pelo governo Moreno na terça-feira (27), após Assange tuitar resposta a declaração do ministro inglês Alan Duncan à Reuters que dizia: "Já era hora de esse miserável verme sair da embaixada e entregar-se à justiça britânica".

Resposta de Assange: "Como um prisioneiro político detido sem acusação por 8 anos, em violação de 2 decisões da ONU, suponho que devo ser miserável", mas nada de errado em ser uma "pequena" pessoa, embora eu seja bem alto; e melhor um 'verme', uma criatura saudável que revigora o solo, do que uma cobra".

Rússia faz dia nacional de homenagem às vítimas do incêndio em Kemerovo

Multidões em toda a Rússia prestaram homenagens às vítimas do incêndio no domingo (25) no shopping de Kemerovo, na Sibéria, que levou à morte de 64 pessoas, das quais, 41 eram crianças. As demonstrações de solidariedade e indignação se deram em todas as regiões do país. Em Moscou, milhares se reuniram nas proximidades do Kremlin, na terça e quarta-feira, cantando "Kemerovo, estamos com você", enquanto portavam velas acesas, flores e brinquedos.

Em Kemerovo, uma multidão ocupou a praça central na terça-feira (27), e aos gritos de "verdade" e "justiça" exigiram a renúncia das autoridades do município e punição aos administradores do shopping. "Nós não estamos desejando sangue aqui. As crianças já estão mortas, não podemos trazê-las de volta. Mas queremos de justiça", disse Igor Vostrikov, um pai traumatizado pela perda de seus três filhos e a esposa.

O presidente, Vladimir Putin, decretou um dia de luto nacional na quarta durante sua visita na véspera à cidade siberiana, onde se encontrou com as vítimas, seus familiares e algumas autoridades. "Não tenham dúvidas, todos os culpados serão punidos", afirmou Putin enquanto destacava 100 investigadores para trabalhar no caso.

Após comentar que o número de crianças entre as vítimas além de lamentável era muito triste, ele avaliou que o incidente não foi fruto de uma "guerra, ou de uma explosão em uma mina. Essas crianças

Kim Jong-Un reúne-se com Xi Jinping em Pequim

A recente visita do líder norte-coreano Kim Jong-Un à China, onde se encontrou com o presidente Xi Jinping, consolida uma "nova era" nas relações bilaterais e reforça o compromisso mútuo com a desnuclearização da península. Pequim e Pyongyang são mais do que aliados desde que combateram lado a lado na guerra da Coreia (1950-1953).

Conforme a imprensa chinesa, Kim destacou que como a "situação estava evoluindo muito rapidamente", considerou melhor viajar a Pequim pessoalmente "por camaradagem e responsabilidade moral". "É nossa posição consistente ser comprometido com a desnuclearização", ressaltou o dirigente norte-coreano, frisando porém que esta é uma questão que depende dos passos dos Estados Unidos e da Coreia do Sul.

"Nesta primavera cheia de felicidade e esperanças, creio que meu primeiro encontro com Xi Jinping vai



Em todo o país houve homenagens às vítimas do shopping

vieram com seus pais para relaxar. Falamos sobre a demografia e estamos perdendo muitas pessoas com o quê? Por negligência criminosa, por negligência". Sobre a possibilidade de corrupção, Putin afirmou que as "ações de todos os funcionários serão avaliadas legalmente".

Até agora as investigações levaram à prisão de cinco suspeitos, todos administradores do shopping. Para a investigação, que permanece em estado preliminar, os principais indícios apontam, como disse Putin, para negligência. Conforme relato do chefe do Comitê de Investigação russo, Aleksandr Bastrykin, foi detectado problema no sistema automatizado de combate a incêndios. Outra questão estava ligada a impossibilidade de naque-

la estrutura, antigamente uma fábrica soviética, ser instalado um grande centro comercial, sem reformas para adequar a construção às novas funções. Ainda sobre as manifestações, outro grande protesto foi realizada em São Petersburgo, na praça central de Dvortsovaya, onde milhares fizeram um minuto de silêncio em meio a diversas velas acesas. Nas demais cidades, as vigílias ocorreram nas praças e igrejas locais.

Muitos homenagens foram prestadas em outros países, vizinhos ou não, a exemplo da Ucrânia, Bielorrússia, Israel, Estônia, República Tcheca, diversos países europeus e inclusive os EUA, com pessoas deixando flores e brinquedos em frente aos consulados russos instalados nesses países.

"Atualmente, o socialismo com características chinesas entrou numa nova era e a construção do socialismo na Coreia do Norte alcançou uma nova etapa histórica. Estamos dispostos a somar esforços com a Coreia do Norte para nos manter em dia com as tendências contemporâneas, manter em alto a bandeira da paz, do desenvolvimento e da cooperação para benefício mútuo, melhorar continuamente o bem-estar de nossos povos e fazer uma contribuição construtiva ao fortalecimento da paz e da estabilidade regional", acrescentou Xi Jinping.

Convidado por Kim Jong-Un para visitar a Coreia do Norte, o presidente chinês aceitou a deferência. Esta foi a primeira visita de Kim enquanto líder norte-coreano não somente à China, como a qualquer país. Ele esteve acompanhado de sua esposa, Ri Sol-ju. L.W.S.

contribuirá para o desenvolvimento regional".

De acordo com o líder chinês, seu país está plenamente disposto a aderir às aspirações conjuntas, "a não esquecer o principal propósito que é seguir adiante, ombro a ombro, promover um desenvolvimento são, estável e a longo prazo entre Pequim e Piongyang, pois isso beneficiará os povos de ambos países e também

de acordo com o líder chinês, seu país está plenamente disposto a aderir às aspirações conjuntas, "a não esquecer o principal propósito que é seguir adiante, ombro a ombro, promover um desenvolvimento são, estável e a longo prazo entre Pequim e Piongyang, pois isso beneficiará os povos de ambos países e também

Por que a prisão após a 2ª condenação é legal, justa e necessária - (parte 3)

Continuação da edição anterior

A presunção de inocência é algo a favor da sociedade, ou seja, das pessoas que a compõem. Não pode ser um instrumento contra ela, um instrumento antissocial, que protege criminosos da Justiça – ou seja, da coletividade

Ps. O artigo, que por questão de espaço publicamos aqui em partes, já está disponível na íntegra em nosso site horadopovo.org.br

CARLOS LOPES

As penas mencionaremos de passagem o problema teórico, considerado pelo juiz Barbagalo e por Raquel Dodge, de que uma “decisão condenatória penal”, na realidade, jamais é completamente transitada em julgado, pois sempre a pena poderá – pelo menos teoricamente – ser alterada (inclusive por anistia, por indulto, porque a conduta que motivou a condenação deixou de ser crime previsto na lei ou por revisão do caso).

Essa questão é tão antiga, nota Barbagalo, que sua formulação no Brasil foi de um jurista do século XIX, Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente (cf. Barbagalo, op. cit., p. 98).

Apesar da observação ser procedente – e pertinente ao nosso assunto –, trata-se de algo geral, pertencente à filosofia do Direito, e não algo específico da situação após a Constituição de 1988, que é o que nos ocupa.

O célebre Nelson Hungria, que também foi ministro do STF, disse que “uma lei não pode ser analisada abstraindo-se o regime jurídico-político em que ela foi promulgada” (STF, AR 154/DF, Pleno, 13/04/1953, in Luciano Felício Fuck, “**Memória jurisprudencial: Ministro Nelson Hungria**”, STF, Brasília, 2012, p.141).

Realmente, o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição de 1988 (“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”) é característico de sua época, logo após a derrubada da ditadura.

Como disse o ministro Cezar Peluso, não existia dispositivo semelhante em nenhuma das Constituições anteriores do Brasil:

“... é muito interessante rever a história da redação desse inciso, porque o artigo 43, § 1º, do Anteprojeto [de Constituição] dizia o seguinte: *‘Presume-se inocente todo acusado, até que haja declaração judicial de culpa’*. O deputado constituinte, que depois foi governador do estado do Espírito Santo, José Inácio Ferreira, apresentou emenda que resultou na redação atual do inc. LVII, onde se estatui, com outras palavras, que ninguém – *ninguém* – será considerado culpado, até que lhe sobrevenha sentença condenatória definitiva” (Antonio Cezar Peluso, “*Presunção de inocência*”, VI Encontro AASP, RBA, vol. 1, abril-junho 2016, pp. 231 a 245).

Como frisa o próprio Peluso – um defensor da jurisprudência de 2009, que impediu por sete anos a prisão após a condenação em segunda instância – “nossa Constituição é o único ordenamento jurídico [do mundo] que revela essa amplitude da garantia, pois, introduzindo o vocábulo ‘ninguém’, não a restringiu ao réu do processo penal”.

É óbvio que, nessa redação, estavam implícitas as lembranças de um tempo em que as pessoas eram presas sem processo, sem direito à defesa ou advogado, comunicáveis durante longos meses, torturados e/ou assassinados.

No entanto, como nota Raquel Dodge, mesmo assim, o **texto constitucional não proíbe a execução da pena – por exemplo, a prisão**



– após a condenação em segunda instância.

Ou, nas palavras do ministro Teori Zavascky:

“... a execução da pena na pendência de recursos de natureza extraordinária [ou seja, recursos ao STF] não compromete o núcleo essencial do pressuposto da não-culpabilidade, na medida em que o acusado foi tratado como inocente no curso de todo o processo ordinário criminal, observados os direitos e as garantias a ele inerentes, bem como respeitadas as regras probatórias e o modelo acusatório atual.

“**Não é incompatível com a garantia constitucional** autorizar, a partir daí, ainda que cabíveis ou pendentes de julgamento de recursos extraordinários, a produção dos efeitos próprios da responsabilização criminal reconhecida pelas instâncias ordinárias” (cf. voto HC 126.292/SP, 17/02/2016, p. 8).

Após a condenação em segunda instância, diz Zavascky, “parece inteiramente justificável a relativização e até mesmo a própria inversão, para o caso concreto, do princípio da presunção de inocência até então observado” (idem, p. 7).

Tanto isso é verdade, continua o ministro, que a Lei da Ficha Limpa é exatamente – e explicitamente – um caso desse tipo, em que a inelegibilidade do candidato ocorre após a condenação em segunda instância.

Zavascky observa que “não é diferente no cenário internacional. Como observou a Ministra Ellen Gracie (...), ‘em país nenhum do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa, aguardando referendo da Corte Suprema’”.

É notável a elegância com que o falecido ministro Teori Zavascky tratou, então, a tese contrária:

“Sustenta-se, com razão, que podem ocorrer equívocos nos juízos condenatórios proferidos pelas instâncias ordinárias. Isso é inegável: **equivocos ocorrem também nas instâncias extraordinárias**. Todavia, para essas eventualidades, sempre haverá outros mecanismos aptos a inibir consequências danosas para o condenado, suspendendo, se necessário, a execução provisória da pena. (...) havendo plausibilidade jurídica do recurso, poderá o tribunal superior atribuir-lhe efeito suspensivo, inibindo o cumprimento de pena. (...) mesmo que exequível provisoriamente a sentença penal contra si proferida, o acusado não estará desamparado da tutela jurisdicional em casos de flagrante violação de direitos” (idem, p. 16, grifo nosso).

O CÓDIGO

Por fim, em 2011 – portanto, já no governo Dilma – aprovou-se a Lei nº 12.403, que alterou



Ministros do Supremo Tribunal Federal em sessão de julgamento sobre pedido de habeas corpus de Lula

o Código de Processo Penal (CPP), inclusive dando ao artigo 283 a seguinte redação:

“Art. 283. **Ninguém poderá ser preso** senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva” (grifos nossos).

Onde a Constituição fala “ninguém será considerado culpado”, aqui substituiu-se por “ninguém poderá ser preso”. Como argumenta a procuradora Raquel Dodge, não é a mesma coisa – apesar de ser este o sentido dado por Eros Grau em seu voto, que motivou a jurisprudência de 2009.

Mas o interessante é que essa alteração do Código de Processo Penal somente foi aprovada mais de duas décadas após a aprovação da Constituição. Na verdade, sob o pretexto de adaptar o CPP à Constituição, o que se colocava na lei era a jurisprudência de 2009, do STF, apesar desta, na época, ter apenas dois anos.

No entanto, como enfatizaram os ministros Teori Zavascky e Luís Roberto Barroso, “naturalmente, não serve o art. 283 do CPP para impedir a prisão após a condenação em segundo grau quando já há certeza acerca da materialidade e autoria por fundamento diretamente constitucional; **afinal, interpreta-se a legislação ordinária à luz da Constituição, e não o contrário**...” (cf. STF, ARE 964.246, 10/11/2016, p. 23, grifo nosso).

Nas palavras do ministro Luís Roberto Barroso, no julgamento desse mesmo recurso:

“... a Constituição brasileira **não condiciona a prisão – mas sim a culpabilidade** – ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O pressuposto para a privação de liberdade é a ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, e não sua irreversibilidade.

“Para chegar a essa conclusão, basta uma leitura sistemática dos incisos LVII e LXI do art. 5º da Carta de 1988, à luz do princípio da unidade da Constituição. Enquanto o inciso LVII define que *‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória’*, logo abaixo, o inciso LXI prevê que *‘ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente’*. Assim, **é evidente que a Constituição diferencia o regime da culpabilidade e o da prisão**” (grifos nossos).

E, mais ainda, considera o ministro Barroso:

“... a presunção de inocência é princípio (e não regra) e, como tal, pode ser aplicada com maior ou menor intensidade, quando ponderada com outros princípios ou bens jurídicos constitucionais colidentes. **No caso específico da condenação em segundo grau de jurisdição, na medida em que já houve**

demonstração segura da responsabilidade penal do réu e finalizou-se a apreciação de fatos e provas, o princípio da presunção de inocência adquire menor peso ao ser ponderado com o interesse constitucional na efetividade da lei penal para a proteção dos bens jurídicos tutelados pelo direito penal, como a vida, a segurança e a integridade física e moral das pessoas” (grifo nosso).

Barroso fundamenta este seu voto no caput do artigo 5º da Constituição (“*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*”), em seu inciso LXXVIII (“*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”) e no artigo 144, que garante o direito à segurança pública.

Mas ele esclarece mais ainda a questão, do ponto de vista prático, no seguimento do voto: “... defendi a ocorrência de uma mutação constitucional, que se operou sob o impacto traumático da própria realidade que se criou após a primeira mudança de orientação em 2009.

“Com efeito, a impossibilidade de execução da pena após o julgamento final pelas instâncias ordinárias produziu três consequências muito negativas para o sistema de justiça criminal.

“Em primeiro lugar, funcionou como um poderoso incentivo à infundável interposição de recursos protelatórios. Tais impugnações movimentam a máquina do Poder Judiciário, com considerável gasto de tempo e de recursos escassos, sem real proveito para a efetivação da justiça ou para o respeito às garantias processuais penais dos réus. No mundo real, o percentual de recursos extraordinários providos em favor do réu é irrisório, inferior a 1,5%.

“Em segundo lugar, reforçou a seletividade do sistema penal. A ampla (e quase irrestrita) possibilidade de recorrer em liberdade beneficia sobretudo os réus abastados, com condições de contratar os melhores advogados para defendê-los em sucessivos recursos. Em regra, os réus mais pobres não têm dinheiro (nem a Defensoria Pública tem estrutura) para bancar a procrastinação.

“Em terceiro lugar, o novo entendimento contribuiu para agravar o descrédito do sistema de justiça penal junto à sociedade. A necessidade de aguardar o trânsito em julgado para iniciar a execução da pena conduz massivamente à prescrição da pretensão punitiva ou ao enorme distanciamento temporal entre a prática do delito e a punição definitiva. Em ambos os casos, produz-se deletéria sensação de impunidade, o que compromete os objetivos da pena, de prevenção especial e geral.

“Um sistema de justiça des-

moralizado não serve ao Judiciário, à sociedade, aos réus e tampouco aos advogados”.

Barroso, antes do STF, era um dos principais advogados do país.

O ministro, neste voto, acrescenta que **“de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), somente nos anos de 2010 e 2011, a Justiça brasileira deixou prescrever 2.918 ações envolvendo crimes de corrupção e lavagem de dinheiro”**.

O que é complementado por números aduzidos pelo ministro Teori Zavascky:

“... em pesquisa que determinei fosse realizada nos registros do Tribunal, relativamente ao período de 2009 até março de 2016 (período em que o Tribunal adotou a tese agora reconsiderada), de 22.610 recursos extraordinários e agravos em recursos extraordinários em matéria criminal, **somente obtiveram êxito 1,7%**, a maioria em favor da acusação. **Apenas 0,48% foi favorável à defesa**, e, mesmo assim, envolvendo temas perfeitamente suscetíveis de dedução em habeas corpus, com muito mais eficácia e celeridade” (grifos nossos).

OS BONS E OS ESPERTOS

A questão do artigo 283 do Código de Processo Penal é também abordada pela procuradora geral, Raquel Dodge, em seu recente parecer, onde considera que a redação dada a esse artigo pela lei de 2011 é, meramente, inconstitucional, porque “ao vedar a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação, **extrapola a presunção de inocência após o duplo grau de jurisdição, que é a garantia do artigo 5º-LVII da Constituição**, na medida em que, ao fazê-lo, põe em risco a eficácia da tutela penal, deixando desprotegidos outros bens jurídicos que o Estado deve proteger”.

Sucintamente: a redação da Constituição (“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”), só pode ser entendida dentro do sistema de “duplo grau de jurisdição”, que é o nosso.

A culpabilidade ou não de um acusado é determinada pela segunda instância. Daí a execução da pena, conferida ao réu, após sua condenação por essa segunda instância, já que não existe outra que determine sua culpa ou inocência.

“A lei não regulamentou a norma da Constituição. Por isso, o artigo 283 do Código de Processo Penal não é inteiramente compatível com o artigo 5º-LVII da Constituição”.

Aponta ela que o princípio da presunção de inocência, que é a essência do artigo 5º, inciso LVII, da Constituição, do ponto de vista histórico, foi tomado:

a) da Declaração do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa de 1789, que inverteu o princípio do direito feudal, onde cabia ao acusado provar sua inocência – portanto, a presunção era de que ele fosse culpado. O texto dos revolucionários franceses é o seguinte: “*Todo homem deve ser presumido inocente, e se for indispensável detê-lo, todo rigor que não seja necessário, deve ser severamente reprimido por lei*”.

b) da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU: “*Todo homem tem direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade seja provada de acordo com a lei, em julgamento público, com todas as garantias da defesa*”.

Esses dispositivos, que foram a fonte daquele que está na Constituição do Brasil, não pretendem, evidentemente, que o condenado só possa ser

preso após não haver **nenhum** recurso contra a sentença.

É, inclusive, correta a afirmação da procuradora de que **“no limite, caso a lei amplie demasiadamente o que seja ‘tratar alguém como culpado’, toda e qualquer medida adotada em face de alguém durante a investigação ou na ação penal seria inconstitucional**, já que em certa medida coloca o indivíduo no mínimo sob suspeita. (...) É inenxerável que o processo penal seja integrado por medidas restritivas de direitos do investigado ou réu, que se justificam quando sobre ele pairam suspeitas que exigem investigação, para proteger direitos de terceiros. Se a lei vedasse a investigação ou a ação penal com base no caráter absoluto da presunção de inocência comprometeria a efetividade da tutela penal a ponto de levar à ‘total inoperância do sistema, notadamente o criminal-constitucional’”.

Este é, exatamente, o lado jurídico-social do problema: não se pode garantir a suposta presunção de inocência de alguém às custas dos direitos de toda a sociedade. Nem a Constituição pode sustentar tal pretensão. A presunção de inocência é algo **a favor** da sociedade, ou seja, das pessoas que a compõem. Não pode ser um instrumento **contra** ela, um instrumento antissocial, que protege criminosos da Justiça – ou seja, da coletividade.

Estamos de acordo com o juiz Sérgio Fernando Moro em que o combate à corrupção é uma luta social e não apenas judicial. O que a Justiça pode fazer é punir os culpados. Mas, erradicar a corrupção – mesmo, limitá-la – é uma questão política que cabe ao povo brasileiro resolver.

No entanto, nem por isso, nessa luta, é pouco importante o papel da Justiça, do Ministério Público – e, certamente, o da polícia.

Em 2016, o ministro Luís Alberto Barroso disse, no julgamento que restabeleceu a jurisprudência do STF sobre as prisões após a condenação em segunda instância:

“Atualmente (...) permite-se que as pessoas com mais recursos financeiros, mesmo que condenadas, não cumpram a pena ou possam procrastinar a sua execução por mais de 20 anos. Como é intuitivo, as pessoas que hoje superlotam as prisões brasileiras (muitas vezes, sem qualquer condenação de primeiro ou segundo grau) não têm condições de manter advogado para interpor um recurso atrás do outro. (...) A alteração da compreensão do STF acerca do momento de início de cumprimento da pena (...) produzirá um efeito republicano e igualitário sobre o sistema.

“Não se trata de nivelar por baixo, mas de fazer justiça para todos. Note-se, por exemplo, que a dificuldade em dar execução às condenações por crimes que causam lesão ao erário ou à administração pública (e.g., corrupção, peculato, prevaricação) ou crimes de natureza econômica ou tributária (e.g., lavagem, evasão de divisas, sonegação) estimula a criminalidade de colarinho branco e dá incentivo aos piores. Como escrevi em recente texto acadêmico:

“Outro elemento de fomento à corrupção é a impunidade. As pessoas na vida tomam decisões levando em conta incentivos e riscos. O baixíssimo risco de punição – na verdade, a certeza da impunidade – funcionava como um incentivo imenso à conduta criminosa de agentes públicos e privados. Superar este quadro envolve mudança de atitude, da jurisprudência e da legislação. (...) O enfrentamento da corrupção e da impunidade produzirá uma transformação cultural importante no Brasil: a valorização dos *bons* em lugar dos *espertos*”.